

ANA PAULA GOMES • ANGELO ASSIS • BRIAN O'NEILL • EMA PIRES
GRAYCE SOUZA • ISABEL BOAVIDA • JOÃO TELES E CUNHA
LUÍSA MARTINS • MANUEL LOBATO • MARIA DE DEUS MANSO
MARIA DE JESUS ESPADA • MARIA JOÃO SOARES • PAULO PINTO

MESTIÇAGENS E IDENTIDADES

INTERCONTINENTAIS NOS
ESPAÇOS LUSÓFONOS

Coordenação

Manuel Lobato e Maria de Deus Manso

NICPRI Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais

B r a g a

2 0 1 3

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos
AUTORES	Manuel Lobato; Maria de Deus Manso; Ana Paula Gomes; Angelo Adriano Faria de Assis; Brian Juan O'Neill; Ema Pires; Grayce Mayre Bonfim Souza; Isabel Boavida; João Teles e Cunha; Luísa Fernanda Guerreiro Martins; Maria de Jesus Espada; Maria João Soares; Paulo Jorge de Sousa Pinto.
COORDENAÇÃO	Manuel Lobato e Maria de Deus Manso
EDITOR	NICPRI Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais
1.ª EDIÇÃO	Setembro de 2013
ISBN	978-989-8550-14-9

Índice

Agradecimentos	vii
Introdução, <i>Manuel Lobato e Maria de Deus Manso</i>	ix
Ser sem poder ser. Os criptojudes e a perseguição inquisitorial no mundo português durante a Modernidade, <i>Angelo Adriano Faria de Assis</i>	I
De ‘baços e pretos’ a ‘brancos da terra’. A elite mestiça de Santiago de Cabo Verde (séculos XVI-XVIII), <i>Maria João Soares</i>	15
Feiticeiros, curandeiros, calundzeiros e mandingueiros na Bahia do século XVIII, <i>Grayce Mayre Bonfim Souza</i>	29
Os relatórios “confidenciais” sobre a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português em Moçambique (1957-1961), <i>Luísa Fernanda Guerreiro Martins</i>	41
A expressão poética da mestiçagem. Um exemplo para Moçambique, <i>Ana Paula Gomes</i>	53
De puro-sangue a fraco rocim. A miscigenação na Índia portuguesa entre a realidade social e as suas representações (1500-1700), <i>João Teles e Cunha</i>	63
Malaca, Manila e Batávia. Os chineses ultramarinos no contexto dos impérios europeus na Ásia do Sueste (séculos XVI-XVII), <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i>	91
Os jesuítas, as ‘Leis do mar de Malaca’ e a continuidade das práticas mercantis malaias sob dominação portuguesa <i>Manuel Lobato</i>	109
<i>Kaza e Família</i> em Malaca ignorada: especificidades crioulas, <i>Brian Juan O’Neill</i>	123

Sobre espaços, turistas e <i>homelands</i> imaginadas, <i>Ema Pires</i>	145
De <i>Nasrani a Portugis</i> : Os Abrahams, Quikos, Andries e Michiels na Comunidade Lusodescendente de Tugu (Indonésia), <i>Maria de Jesus Espada</i>	163
Entre memória e identidade. A diversidade de “ser timorense” na diáspora através de alguns casos da comunidade residente em Portugal, <i>Isabel Boavida</i>	175
Referências bibliográficas	197
Autores – Notas biográficas	221

Malaca, Manila e Batávia.

Os chineses ultramarinos no contexto dos impérios europeus na Ásia do Sueste (séculos XVI-XVII)

Paulo Jorge de Sousa Pinto

CECC, Universidade Católica Portuguesa

Resumo: A diáspora chinesa no Sueste Asiático é um fenómeno secular que assumiu, ao longo dos tempos, características e aspetos diversificados, ao sabor das variações do relacionamento da China com os “mares do Sul”, entre períodos de abertura e épocas de encerramento ao exterior. É uma problemática que envolve uma pluralidade de dimensões, entre aspetos político-diplomáticos, motivações e efeitos económicos, impactos sociais e expressões culturais. Os seus efeitos nas sociedades sueste-asiáticas foram profundos e mantêm plena atualidade nos dias de hoje, entre integração, assimilação e segregação.

A chegada dos europeus ao arquipélago malaio-indonésio introduziu uma nova variável nas dinâmicas históricas regionais que potenciou e catalisou o crescimento, quer em dimensão, quer em importância, das comunidades de chineses ultramarinos. Nos dois séculos seguintes, estes grupos assumiram um crescente papel de relevo na aceleração da vida económica no Sueste Asiático e adquiriram uma importante expressão social e política nos centros nevrálgicos dos impérios europeus. O seu impacto foi, contudo, diferente em cada um deles. Portugueses, espanhóis e holandeses tomaram contacto com estas realidades em momentos distintos e as relações que estabeleceram com estas comunidades, que desempenhavam uma importante função intermediária entre as cidades portuárias da Ásia do Sueste e o sul da China, foram igualmente diferenciadas. A análise comparativa da presença chinesa em Malaca, em Manila e em Batávia nos séculos XVI e XVII permite compreender com maior nitidez a importância relativa que estas cidades tinham para as redes mercantis chinesas e a relação turbulenta que estabeleceram com os poderes europeus, entre a colaboração e a tensão.

Palavras-chave: diáspora chinesa; sueste asiático; Manila; Macau; *sangleys*.

Abstract: The Chinese diaspora in Southeast Asia is a phenomenon that exhibited diverse features and shapes throughout the ages, fluctuating according to periods of opening and closing relations between China and the “South Seas”. It is a problem that involves a plurality of dimensions, including political and diplomatic aspects, motivations and economic effects, social impacts and cultural expressions. The effects of this phenomenon in the Southeast Asian societies were profound and are currently an issue that still raises differences concerning integration, assimilation and segregation.

The arrival of the Europeans to the Malay-Indonesian archipelago has introduced a new variable in the regional dynamics that promoted the growth of the Overseas Chinese communities, both in size and relevance. In the following two centuries, these groups played an increasing role in the acceleration of Southeast Asian eco-

conomic life and became important in the political and social milieu of European colonial cities. Their impact was however different in each one of them. The Portuguese, the Spaniards and the Dutch came into contact with these groups in different times, and the relations they established with the Chinese, who played an important role as brokers and middlemen between the city-ports of Southeast Asia and South China, were also distinct. A comparative approach on the Chinese presence in Melaka, Manila and Batavia in the 16th and 17th centuries provides a sharper image about the relevance these cities had to Chinese trade networks and the difficult relations the latter established with the European powers.

Keywords: Chinese diaspora, Southeast Asia, Manila, Macau; *sangleys*.

I.

Na introdução à primeira obra coletiva da historiografia filipina sobre a presença chinesa naquele arquipélago, Alfonso Felix Jr. aborda o assunto com uma preocupação muito concreta: como podiam os filipinos estar seguros da lealdade da comunidade chinesa, numa época em que o país temia uma hipotética invasão armada perante o imparável avanço comunista, depois de ter passado Cantão, atingido o Vietname do Norte e, à data da obra e segundo o autor, estar “às portas de Saigão”? Num exercício de ironia amarga, Alfonso Felix coloca então várias opções de neutralização da putativa ameaça colocada pela minoria chinesa nas Filipinas: 1^a, massacrá-los; 2^a, deportá-los em massa; 3^a, vigiá-los com extremo rigor (mediante uma “Gestapo filipina”); 4^a, arruinar os seus negócios. Após várias incursões na história turbulenta das relações entre filipinos e chineses para demonstrar que todas estas soluções foram utilizadas no passado colonial e falharam, conclui finalmente que a única forma de prevenir a crise anunciada e de assegurar a lealdade destes últimos seria a “assimilação, mediante uma completa aceitação mútua” (FELIX JR. 1966).

Para o leigo nestas temáticas, o discurso pode parecer de mau gosto ou, no mínimo, insólito. Porém, não apenas ocorreram no passado vários *pogroms* anti-chineses nas Filipinas e noutras regiões do Sueste Asiático, como o momento em que as palavras foram escritas era propício à sua repetição.

A obra é de 1966, numa época em que os países do Sueste Asiático estavam sob a pressão do que se temia ser um “efeito dominó” do avanço comunista em toda a região. A guerra no Vietname estava em curso, a Malásia tinha uma insurreição comunista e na Indonésia de Suharto decorria a caça aos militantes e simpatizantes comunistas que se viria a saldar em mais de meio milhão de vítimas, muitas delas de origem chinesa. A ameaça era dupla: mais do que o “perigo comunista”, era o “perigo chinês” da China de Mao – que nesse mesmo ano dava início ao período revolucionário conhecido por “Revolução Cultural” – que estava em causa, mais especificamente, o temor que as comunidades chinesas funcionassem como uma “quinta coluna” vermelha, daí os temores manifestados por Alfonso Felix Jr.

Este antagonismo de origem política juntava-se ao crescente nacionalismo nos antigos territórios coloniais do Sueste Asiático. O problema das

identidades nacionais dos novos países, após o fim abrupto do período colonial e alcançadas as independências, colocava novos riscos às comunidades de origem chinesa, que tradicionalmente encaravam estes territórios como um simples cenário para fazer negócio e estavam muito pouco conscientes dos desafios colocados pelas novas realidades surgidas após a 2.^a Guerra Mundial (WANG 1985: 76-77).

Nas Filipinas, o presidente Carlos Garcia (1957-61) iniciou um programa designado como *Filipino First Policy*, que favoreceu as empresas nacionais e se traduziu numa discriminação das lojas e negócios chineses. Na Indonésia, os chineses sofreram antes e depois da queda de Sukarno: primeiro, foram acusados de estar ao serviço do colonialismo holandês; depois, alvo das suspeitas de infiltração comunista. Singapura aderiu à Federação da Malásia logo depois da independência e foi expulsa após dois anos de permanência atribulada; aqui não havia justificação ideológica a camuflar os reais motivos: o facto de possuir uma maioria de população de origem chinesa, que desequilibrou o balanço final da Federação, e a recusa em aceitar a política oficial de favorecimento dos malaios (*bumiputera*) arrastaram Singapura para a expulsão.

O tema das minorias chinesas permanece atual. O fim da Guerra Fria e dos confrontos ideológicos que dela decorriam não amainaram significativamente as tensões. Estas comunidades continuam a confrontar-se com problemas de identidade, discriminação e integração, não apenas nos países de acolhimento como na própria China. O que se convencionou chamar de “diáspora chinesa” constitui hoje um campo específico dos estudos históricos, sociológicos e geoestratégicos que incide sobre o relacionamento dos chineses ultramarinos com os vários países destinatários e uma China que emerge como a grande potência do século XXI, num mundo globalizado onde impera a mobilidade.

Etnicidade, identidade, assimilação, diversidade de imagens e de percepções sobre o que significa “ser-se chinês” fora da China suscitam hoje grande interesse, sobretudo nos novos países de acolhimento – Europa, Estados Unidos ou Austrália –, mas na Ásia do Sueste são velhas questões com raízes profundas (TONG 2010).

O cenário contemporâneo é uma herança direta das vicissitudes do “período colonial”. A delimitação de áreas de influência – quando não do domínio direto – das várias potências europeias ao longo dos dois últimos séculos e a forma como as administrações coloniais geriram o fluxo de migrantes chineses ao serviço do desenvolvimento urbano das suas cidades ou das economias de plantação constituem os focos de interesse tradicional dos estudos sobre esta questão. Há uma historiografia britânica sobre os *Straits Settlements*, uma holandesa sobre as Índias Orientais, uma espanhola (posteriormente americana) sobre as Filipinas, mais recentemente reanalisadas ou desconstruídas no contexto dos estudos pós-coloniais. Queda, porém, na penumbra uma época mais remota, a do estabelecimento dos primeiros impé-

rios europeus no Sueste Asiático e o quadro que aí encontraram, no que respeita à presença chinesa, assim como as formas diversificadas como cada um deles – português, espanhol e holandês – geriu este fator.

II.

Há mais de um milénio que a China exerce uma grande influência sobre a evolução social, política e económica das sociedades e estados desta região, que os chineses designam por *nanyang* ou “mares do sul”. Esta influência, que resultou em primeira análise da proximidade geográfica, decorreu do processo de expansão da civilização chinesa para sul e dos traços ideológicos que lhe estavam associados, ou seja, a China considerar-se o centro da ordem mundial e relegar para a categoria de “bárbaros” as regiões limítrofes. Aos olhos dos chineses, o grau de civilidade destes dependia da maior ou menor distância e contacto com o Império do Meio e do reconhecimento da suserania chinesa, segundo o chamado “sistema tributário” (SERVOISE 1973). Por fim, as regiões do Sueste Asiático eram um cenário natural para o desenvolvimento dos contactos e das trocas promovidos pelas comunidades mercantis da China Meridional e constituíam uma caixa de ressonância onde ecoavam as vicissitudes sociais e a pressão demográfica do gigante chinês.

A nível oficial, as relações entre a China e as terras do *nanyang* decorriam de acordo com os parâmetros do sistema tributário, no âmbito do qual os estados sueste-asiáticos aceitavam a posição eminente do Império do Meio e colocavam-se sob a sua proteção. Ao longo dos séculos, o poder político chinês oscilou entre períodos de clara intervenção político-militar na região, sobretudo no Vietname e noutras regiões da Indochina (mas também, por exemplo, em Java), e épocas em que prevaleceu um feroz isolacionismo, no decorrer do qual esta hegemonia adquiriu uma feição meramente formal e ritual. O período da dinastia Yuan é geralmente apontado como o exemplo mais significativo do primeiro caso e a época final dos Ming, do segundo.

Por outro lado, o sistema tributário era mais do que um mero conjunto de formalidades destinadas a vincular laços diplomáticos, antes enquadrava e permitia as trocas e as atividades comerciais, nas quais as comunidades mercantis chinesas estabelecidas por todo o Sueste Asiático desempenhavam um papel intermediário fundamental. Como demonstrou Claudine Salmon, logo no período Song, entre os séculos X e XII, as relações diplomáticas entre a China e o império marítimo de Srivijaya foram essencialmente exercidas por mercadores de origem chinesa que promoviam o comércio sob a capa político-ideológica das missões tributárias (SALMON 2002).

Em paralelo com o estabelecimento prolongado destes vínculos e contactos oficiais, desenvolveu-se todo um conjunto de ligações e rotas comerciais, entre uma Ásia do Sueste fornecedora de produtos de origem vegetal, nomeadamente especiarias e madeiras aromáticas, e uma China produtora de tecidos e de porcelanas, abrindo o “Mediterrâneo” sueste-asiático à ação das redes mercantis chinesas que operavam a partir dos portos das regiões meri-

dionais do Fujian e do Guangdong. Este conjunto articulado de ligações marítimas abrangia um vasto espaço insular, desde os portos da Península Malaia até às Molucas, conforme atestam as próprias fontes chinesas².

Foi na época Ming que a ligação da China aos seus vizinhos do sul conheceu novos e dramáticos desenvolvimentos. Durante quase três décadas, a corte imperial preparou e enviou armadas por todo o Índico, sob o comando do famoso Zheng He, que firmaram ou reforçaram o reconhecimento tributário de diversos reinos e cidades portuárias, em especial na Ásia do Sueste. Estas iniciativas, porém, não significaram uma abertura da China ao exterior, mas sim o reforço de uma política externa de controle rigoroso das fronteiras e dos contactos externos. As fronteiras meridionais foram encerradas, o comércio privado foi proibido, passando todas as trocas a ser regulamentadas pelo estrito regime do sistema tributário, e foi ordenado o regresso de todos os naturais que se encontrassem fora das fronteiras do império. O laço que tradicionalmente ligava as atividades mercantis nos “mares do sul” ao patrocínio estatal – ou seja, aos parâmetros do sistema tributário, no âmbito do qual se movia um largo estrato formado por agentes comerciais, intérpretes ou diplomatas nas missões que satisfaziam a crescente procura de produtos de origem sueste-asiática – foi quebrado (REID 2001: 21-33).

Inaugurava-se, deste modo, a política que se convencionou chamar de *haijin*, ou encerramento da costa, que perdurou oficialmente durante três séculos, até ser formalmente abolido em 1685 – mas aplicado aos contactos dos estrangeiros, não à saída e emigração de naturais. O aumento da tensão na fronteira norte do império, o decréscimo do interesse em imiscuir-se na permanente turbulência política em que viviam diversos estados tributários a sul, o aumento da pirataria – nomeadamente japonesa – nas costas da China e, mais tarde, as perturbações envolvendo a ascensão da dinastia Qing e as reminiscências dos “Ming do Sul” são os motivos vulgarmente apontados para explicar a imposição desta política simultaneamente securitária e isolacionista (WANG 1998).

O *haijin* teve um profundo impacto sobre as comunidades de chineses ultramarinos, pois colidia com a tradição marítima das regiões costeiras e cerceava as práticas enraizadas de importantes estratos da população, habituada desde há muito a percorrer os caminhos do comércio pendular com as cidades portuárias do Sueste Asiático e outras regiões (LOCKARD 2010). A estes colocava-se agora um dilema: a estadia temporária fora das fronteiras da China – uma vez que, do ponto de vista da ideologia confuciana e dos cultos tradicionais, era necessário regressar à terra dos antepassados – estava interdita, pelo que a opção era entre não partir ou não regressar. A interrupção desta função intermediária permitida pelo carácter temporário da ausência obrigou, em muitos casos, a uma fixação permanente nas regiões de acolhimento, transformando *sojourners* em residentes, através do casamento com mulheres da terra. A longo prazo, esta alteração veio levantar questões relaci-

onadas com a integração destes grupos nas sociedades locais e, inevitavelmente, problemas de identidade.

Eventualmente, as comunidades mercantis acabaram por reorganizar as suas estruturas de funcionamento, não apenas através do aproveitamento integral das falhas e brechas do *haijin*, mas também dos períodos de maior relaxamento das suas regras e da permeabilidade da burocracia oficial das regiões costeiras da China às pressões e estímulos das realidades da vida económica. Afinal, a corte imperial estava sediada em Pequim, no norte do país, crescia a procura dos produtos de origem sueste-asiática junto das elites chinesas e a Ásia do Sueste vivia um *boom* económico caracterizado por um aumento das atividades mercantis e um desenvolvimento das rotas comerciais, pelo que se verificou um reforço das ligações entre os portos do sul da China e regiões como o Sião, Sunda, Bornéu ou a Península Malaia (WANG 1990: 402-408). Assim, e à medida que o comércio proveniente das embaixadas tributárias diminuía ao longo do século XV, cresceram proporcionalmente os contrabandos – do ponto de vista oficial – destinados a satisfazer esta dupla pressão dos mercados (PTAK 2000: III).

III.

Foi neste quadro geral que os europeus fizeram a sua aparição na Ásia e, em particular, nas águas do Sueste Asiático. Primeiro os portugueses, posteriormente os castelhanos e, já nos finais do século XVI, os holandeses, estabeleceram-se na região e criaram as suas redes de contacto, estabeleceram as suas bases de apoio e colocaram em funcionamento as suas estruturas de comércio. Este novo fator, que teve, a longo prazo, um impacto significativo na evolução política, social e económica de toda a Ásia, veio igualmente alterar o modo de articulação e o relacionamento das comunidades de chineses ultramarinos com o seu país de origem e com as regiões de fixação, não apenas devido às alterações causadas nas estruturas e redes comerciais, mas igualmente pelo modelo de cidade – digamos, “colonial” – que introduziram na região.

Os portugueses chegaram na primeira década do século XVI. A conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, em 1511, não foi apenas um marco na história da expansão europeia na Ásia, e da portuguesa em particular. Para o caso específico da China, demonstrou o alheamento da dinastia Ming em relação aos assuntos da Ásia do Sueste. A sua inação perante a agressão portuguesa a um estado vassalo abriu as portas à fixação europeia, marcou uma viragem importante no quadro geral da hegemonia chinesa na região e assinalou, a prazo, o fim do sistema tributário. Há mesmo quem defenda que o início da História Moderna da China, que oficialmente ocorreu com as primeira Guerra do Ópio em 1849, deveria ser antecipado para 1511 (JIN e WU 2007).

Em Malaca, os portugueses tomaram contacto com as realidades do mundo malaio-indonésio e do Extremo Oriente e aí depararam com a presença de uma comunidade chinesa que lhes serviu, para além de fonte de infor-

mações sobre rotas, produtos e portos de regiões que desconheciam, de potencial aliado para a estratégia diplomática a desenvolver nos futuros contactos com a China. A comunidade era formada, sobretudo, por *chinchéus* – designação que parece ter origem no nome da cidade de Quanzhou e que foi usada, por extensão, aos originários da província do Fujian, ou seja, predominantemente Hokkien (THOMAZ 1994a)³ – os quais desempenharam um papel importante na decisão portuguesa de tomar a cidade pela força das armas, em vez de procurar um entendimento com o sultão malaio.

Malaca fora, ao longo do século XV, um entreposto importante para as redes mercantis chinesas, em articulação com os portos javaneses e o Sião. A posição privilegiada que a cidade ocupava na interseção das monções permitia-lhe cruzar as rotas do mundo malaio-indonésio e do Extremo Oriente com o comércio do golfo de Bengala, do subcontinente indiano e do Médio Oriente. Os sultões, que se haviam colocado desde cedo sob a suserania do Império do Meio, aplicavam uma regulamentação fiscal sensata e atrativa que fez a fortuna de Malaca ao longo do século. O comércio dos mercadores chineses – o privado, não aquele que, teoricamente, deveria acompanhar as missões tributárias de Malaca a Pequim – era supervisionado por um dos quatro *syahbandar* (ou mestre do porto) da cidade, que tinha também a seu cargo os tratos dos mercadores de Ryukyu e do Champa (PIRES 1978: 418).

Esta época parece corresponder a um período de declínio das rotas que ligavam a China Meridional à região de Sulu e, daí, às ilhas da Insulíndia oriental produtoras de especiarias e madeiras aromáticas, a favor de uma concentração da atividade nos portos de Java e em Malaca, precisamente porque aqui havia acesso a um conjunto de mercadorias mais diversificado – se bem que a pimenta continuasse a ocupar uma posição dominante (TSAO 1982: 243) – e porque permitia uma melhor articulação com outras comunidades concorrentes, nomeadamente mercadores guzerates e do Médio Oriente (PTAK 1999: 36).

Com a conquista portuguesa, o panorama alterou-se. Malgrado os contactos auspiciosos iniciais e as parcerias estabelecidas no decorrer dos primeiros anos, o fracasso da embaixada de Tomé Pires a Pequim e a expulsão oficial dos portugueses das costas da China, que vigorou até meados do século, fizeram gorar as expectativas portuguesas de uma vinda regular de juncos chineses a Malaca, cuja frequência diminuiu ao longo de todo o século XVI (CHANG 1997: 69-78).

Dois fatores contribuíram decisivamente para tal efeito. O primeiro decorreu das extorsões que os oficiais e feitores portugueses faziam aos mercadores que lá se dirigiam. Em 1528, o capitão Jorge Cabral reportava ao rei que não vinham anualmente a Malaca mais que dois juncos, mas que esta regularidade estava ameaçada por abusos já cometidos no passado e que o próprio antevia virem a ocorrer no futuro, quer da parte dos feitores portugueses, quer dos próprios capitães⁴. Tal veio efetivamente a ocorrer, não em exclusivo sobre os mercadores *chinchéus* mas sobre o comércio asiático de

uma forma geral, mediante a imposição de exclusividades, proibições ou condições de mercado que lesavam os interesses dos mercadores e a boa ordem dos negócios. Exemplo significativo ocorrera durante o capitania de Jorge de Brito (1517-1518), quando “um mercador que veio da China a viver em Malaca” viu as suas mercadorias compradas pelo capitão a preço que este fixou arbitrariamente, causando-lhe enorme prejuízo e, naturalmente, a sua partida sem intenções de regressar⁵. O *Dong Xiyang kao*, um tratado de geografia e história escrito por Zhang Xie (1574-1640) descreve sucintamente a forma como os chineses passaram a evitar Malaca depois da conquista pelos *folangji* – assim eram designados os portugueses –, que impunham severas condições de comércio, pelo que aqueles preferiam seguir diretamente para Samatra (TSAO 1982: 244).

Esta crónica chinesa introduz o segundo fator, e mais importante, que explica o afastamento: a dispersão por outras cidades portuárias e centros de redistribuição de produtos e mercadorias, que competiam com Malaca na atração das comunidades mercantis. Para os chineses, Johor, Patani, os portos de Samatra e, sobretudo, Banten tornaram-se pólos bem mais interessantes do que Malaca e, conseqüentemente, cresceram as comunidades ali presentes. Esta divergência dos circuitos chineses em relação a Malaca significou igualmente, sobretudo a partir da década de 1560, um decréscimo substancial dos volumes de pimenta – nomeadamente de Sunda (LOBATO 1999a: 252-253) – que afluíam à cidade. As autoridades portuguesas desenvolveram estratégias para atrair os *chinchéus* e tentar garantir o seu regresso, mas sem grandes resultados (PINTO 2000).

Do que fica dito se depreende que a sociedade malaquesa, construída à sombra do domínio português, nunca contou com uma comunidade chinesa relevante. Ao longo de mais de um século, até à perda de Malaca para a VOC holandesa, em 1641, as fontes portuguesas apenas contêm informações esporádicas, gerais e pouco precisas, sobre a presença chinesa. Era uma presença discreta, se comparada com a dimensão e o papel desempenhado por outras comunidades asiáticas – nomeadamente os *quelins* da costa do Coromandel e os javaneses – e pelos estratos mestiços que formavam a elite local de *casados* da terra.

Uma das questões mais importantes que envolvem esta presença, dificultada pela escassez da informação disponível mas cujo interesse decorre do que se conhece da evolução geral dos chineses ultramarinos noutros contextos “coloniais” da Ásia do Sueste, é a de saber se se tratava apenas de uma presença temporária e sazonal, e nesse caso não passaria de uma permanência das práticas seguidas desde os tempos do sultanato malaio, ou se há dados que permitam sugerir a existência de uma comunidade residente durante o período de domínio português, integrada nas estruturas sociais e políticas da cidade.

Provavelmente, ocorreram ambas. Parece evidente uma frequência descontínua e irregular de juncos chineses no porto, que ecoa, por exemplo,

na proibição imposta ao sultanato – vizinho e rival – de Johor de aceitar navios chineses no seu porto no âmbito de um acordo de paz⁶, no capítulo sobre as “robas robas” do tratado do padre Manuel de Carvalho sobre a fiscalidade em Malaca, de 1600 (SOUSA 1999: 179-180; LOBATO 2002) ou na existência de um “língua dos chinchéus”, duas décadas mais tarde (PINTO 2000: 143, n. 32).

Há, contudo, elementos que apontam para a existência de uma comunidade residente. Logo em 1556, nas negociações que Leonel de Sousa entabulou com as autoridades de Cantão e que viriam a permitir a fixação portuguesa em Macau, são feitas referências aos chineses que saíam da sua terra sem autorização e que, portanto, eram dados como “alevantados”, e que “habitam muitos por Malaca e outros reinos e vão roubar a costa”⁷. Em 1586, o apresamento e afundamento de um junco de *chinchéus* – que provavelmente se dirigia a Johor – e a morte da quase totalidade da sua tripulação por ordem de D. Jerónimo de Azevedo, que comandava uma armada de patrulhamento dos estreitos de Singapura, causou “alvoroços” em Malaca, o que indicia a existência de ligações locais à rede mercantil Hokkien⁸.

Mais importante, Malaca continuava a dispor de um *kampung cina* (ou seja, um bairro chinês), que vinha desde os tempos do sultanato, localizado junto ao coração económico da cidade, o bairro de Upeh, na margem direita do rio de Malaca. Em 1613, Manuel Godinho de Erédia atestava a sua permanência, dizendo que se tratava de um bairro “onde habitam os chinchéus” com outros “mercadores estrangeiros e naturais pescadores” (ERÉDIA 1882: 6).

Ironicamente, e em contraste com o carácter vago e lacónico das fontes portuguesas, há documentação holandesa que indica, com maior clareza, a existência de uma comunidade chinesa em Malaca. Após a tomada da cidade pelas armas da VOC, em 1641, o comissário Joost Schouten elaborou um pormenorizado relatório sobre a situação da terra. Afirma que existia uma comunidade chinesa residente a norte, em “Basar” (ou seja, junto ao “Bazar dos Jaus”, na banda de Upeh), e que tinha “o seu próprio capitão”, chamado “Notchin”. Acrescenta ainda, nos seus planos de recuperação dos estragos causados pelo longo cerco, que os “300 a 400 lojistas, artesãos e agricultores chineses também [à semelhança dos portugueses e dos mestiços de Malaca] deveriam ser autorizados a estabelecer-se onde quisessem”, devendo cultivar os jardins e arrendar ou ocupar muitas casas vazias, salvando-as do colapso iminente; faz também menção aos “pescadores e agricultores chineses” que viviam na terra (SCHOUTEN 1936: 117, 132).

Se a comunidade chinesa perfazia 3 a 4 centenas de pessoas em 1641, isto significa que o seu número era certamente superior no período anterior ao cerco e à destruição causada pelo ataque holandês. Não se entende, então, o silêncio das fontes portuguesas acerca do assunto. Uma das explicações possíveis poderá ser a de que parte desta comunidade fosse composta por famílias cristãs, não formando, deste modo, um estrato com traços suficientemente distintivos em relação aos *casados* e mestiços da terra que, aos olhos dos

portugueses, merecesse menção nas crônicas ou outros escritos. Há efetivamente informações vagas acerca de conversão de chineses em Malaca, ainda no século XVI, que deixam o assunto em aberto⁹.

Por fim, a dimensão modesta e socialmente discreta da comunidade chinesa em Malaca podia ter conhecido uma evolução bem diferente, caso se tivessem concretizado as propostas de imigração de gente do Fujian para se fixar sob a administração portuguesa e cultivar diversas áreas dos arredores da cidade, garantindo-lhe uma melhor suficiência alimentar e diminuindo a sua dependência do exterior. Aparentemente, a primeira tentativa ocorreu ainda no século XVI, com a chegada a Malaca de quinze grandes juncos de *chinchéus* dispostos a desembarcar com essa finalidade; ignora-se como e quem os terá estimulado a tal empresa (COUTRE 1991: 423). Nos finais da década de 1620, o próprio vice-rei conde de Linhares chegou a ponderar idêntica hipótese. Por fim, em 1641, o comissário Schouten aconselhava vivamente a vinda de 800 a um milhar de chineses para esse efeito, lembrando que os portugueses o tinham tentado mas que o egoísmo dos “*burghers* de Malaca” (os *casados*, entenda-se) impedira que a medida se concretizasse¹⁰. Em todas estas situações, é muito claro (e mencionado nos documentos) que se trataria de uma medida inédita em Malaca e que seria uma importação do exemplo de dois modelos de cidade colonial europeia no Sueste Asiático onde, precisamente, a presença de chineses era a regra e não a exceção: a Manila espanhola e a Batávia holandesa.

IV.

Entre 1511 e 1641, entre a tomada e a perda de Malaca pelos portugueses, o panorama dos chineses ultramarinos no Sueste Asiático sofreu alterações; em primeiro lugar, no contexto político-económico que enquadrava, no interior da China, o principal problema dos chineses ultramarinos – o reconhecimento oficial das suas atividades no exterior e o estatuto das suas ausências sazonais; depois, pelo surgimento de duas potências europeias que, por motivos distintos, se fixaram no Sueste Asiático e que, em pleno contraste com Malaca, deveram o florescimento das respetivas capitais à ação desempenhada pelas comunidades chinesas.

Em 1571, depois de uma primeira – e atribulada – estadia em Cebu, os espanhóis fixaram-se em Manila, localizada numa ilha dotada de mais amplos recursos, que dispunha de um excelente porto abrigado e que permitia um melhor acesso ao principal escopo do projeto asiático castelhano: já não as Molucas, mas a China. Mesmo antes da decisão de efetuar a transferência do quartel-general do seu incipiente império asiático, os castelhanos aperceberam-se de que Manila era um ponto de escala e de permanência dos mercados chineses, que controlavam o comércio entre as regiões costeiras da China e o eixo Manila/Bornéu¹¹. Estes mercadores, cujo número e importância veio a crescer exponencialmente após a tomada de Manila, eram chamados, pelos

espanhóis, de *sangleys*, termo que designava, aparentemente, “aquele que veio a comerciar”, embora haja interpretações que apontem em sentido diverso¹².

Se a chegada dos portugueses a Malaca coincidira com um período de relaxamento das regras do *haijin* – que se inverteu na década seguinte, como é sabido –, a fixação espanhola nas Filipinas foi contemporânea de uma alteração inédita na relação oficial da China com o exterior: em 1567, e perante a pressão que se avolumava no seio das elites das regiões meridionais do país, o *haijin* foi parcialmente revogado. Mediante determinadas regras e restrições, voltou a ser permitida a saída dos naturais, embora circunscrita aos portos do Fujian, nomeadamente Yuegang e An Pinggang, que emergiram como os principais centros de comércio externo (LIN 1990: 163-215). A entrada ou a permanência de estrangeiros continuava a ser fortemente condicionada – apesar da notável exceção que era Macau – e o comércio com o Japão permanecia oficialmente encerrado.

Depois de algumas tentativas fracassadas em obter autorização para se estabelecerem na costa chinesa (mais precisamente em Amoy / Xiamen), e de elaborarem projetos grandiosos de conquista do Império do Meio, os espanhóis acabaram por aceitar o *status quo*. Promoveram o contrabando com Macau e nunca desistiram de procurar uma porta de entrada na China, nomeadamente nos finais do século XVI, quando tentaram estabelecer-se na ilha do Pinhal, no delta do Rio das Pérolas (PINTO 2008), mas o principal canal de intermediação e comércio com a China continental passou a ser, definitivamente, os *sangleys*.

Era, na verdade, uma ligação excepcional. A China era então, na feliz expressão de Vitorino Magalhães Godinho, uma “bomba aspirante da prata de todo o globo” (GODINHO 1985: 109). Este metal era obtido no Japão, por via da ligação Macau-Nagasáqui assegurada pelos portugueses. O contacto com Manila e com a ligação que atravessava o Pacífico até Acapulco, e daí às minas do Potosí, na atual Bolívia, veio a permitir a curto prazo o abastecimento maciço de prata, em contrapartida das sedas e algodões chineses destinados ao mercado mexicano.

Manila passou rapidamente a depender deste intercâmbio transcontinental; os *sangleys* eram, assim, intermediários vitais para o funcionamento do circuito. A dimensão da comunidade chinesa de Manila cresceu em flecha, em número que superava várias vezes a dos espanhóis e que a tornava temida aos olhos destes. Em 1589 eram 4 mil, na viragem do século ultrapassavam os 15 milhares, sempre em crescimento, apesar das sucessivas proibições e das razias e massacres que ocorreram ao longo do século XVII. Aparentemente, o seu número nunca decaiu abaixo dos 10 mil (GUERRERO 1966: 25).

Não se tratava apenas de mercadores sazonais que compravam prata e vendiam sedas e outros têxteis, mas também de um fluxo migratório de gente que se fixava na cidade e que providenciava todo o tipo de serviços indispensáveis ao funcionamento do porto – logo, do “galeão de Manila” –, que garantiam o abastecimento alimentar e que controlavam o comércio local. O go-

vernador e cronista António de Morga proferiu um veredito a todos os títulos paradigmático, quando Manila se viu despojada de *sangleys* após o massacre que sucedeu à revolta de 1603: “começaram as necessidades da cidade porque, não havendo *sangleys* que se ocupassem dos ofícios e trouxessem todos os abastecimentos, não se encontrava que comer nem uns sapatos que calçar, nem por preços muito excessivos” (MORGA 1997: 222).

As autoridades de Manila estavam conscientes desta dupla relação de temor e dependência. A política seguida foi, portanto, a de constante vigia e supervisão dos *sangleys*, tentando evitar que o seu número se tornasse excessivo e ameaçador. Vários cargos e ofícios sucederam-se, nos séculos XVI e XVII, como supervisores desta comunidade em permanente mobilidade e expansão: primeiro um *protector de los sangleyes*, de acordo com o modelo de Bartolomé de Las Casas e à semelhança do que ocorrera na América, posteriormente um governador. Ambos os desempenhos eram controversos por serem cargos cobiçados e sujeitos a todo tipo de pressões e venalidades (GIL 2011: 215-245).

Os governadores tentaram conter o afluxo de imigração chinesa e impedir a sua dispersão, preferindo acantoná-los num bairro próprio, o *parián*, localizado junto ao *intramuros* da cidade e por diversas vezes destruído e reconstruído em locais diferentes. Mais importante, porém, foi a criação de um segundo bairro na outra margem do rio Pasig, em Binondo – que reclama, hoje, o título de “a mais antiga *Chinatown* do mundo”¹³ –, destinado originalmente, nos finais do século XVI, apenas a chineses cristãos.

Foi aqui que se desenvolveu a principal comunidade chinesa residente, que a curto trecho se tornou numa sociedade mestiça, pelo casamento de chineses com mulheres filipinas. As autoridades religiosas incentivaram o seu desenvolvimento, desde que acompanhado pelo trabalho missionário, e tentaram, sem grande sucesso, evitar a mistura e coabitação entre chineses cristãos e “infiéis” e remover estes últimos da localidade¹⁴. Binondo tornou-se o principal campo de trabalho missionário, mas eram frequentes as disputas entre agostinhos e dominicanos sobre a jurisdição do bairro.

Sobre os chineses de Manila incidia uma enorme pressão fiscal, que era aligeirada no caso dos convertidos ao cristianismo. As mercadorias que traziam da China estavam sujeitas a taxas alfandegárias, pagavam uma *licencia* para lhes ser autorizada a fixação na cidade e era-lhes exigido, ainda, um imposto de capitação, tudo isto agravado progressivamente ao longo dos séculos XVI e XVII (PINTO 2010: 253; GIL 2011: 681-695).

A adoção da religião cristã colocou a estas comunidades os primeiros problemas de identidade; não que o cristianismo fosse um entrave em si, mas pelo risco potencial de corte com os laços familiares que os neófitos possuíam na China e com as suas obrigações perante os antepassados. Um dos pilares da moral confuciana é o respeito e veneração pelos antepassados e pelo solo sagrado da China onde repousam: na época, isso constituía um vetor essencial do “ser-se chinês”, em conjugação com a obediência ao Imperador. A con-

versão ao cristianismo num cenário exterior à China, em comunidades cujos elementos já não estavam impedidos de se ausentar e regressar à terra-mãe quando o desejassem, não era, por si só, motivo de tensões deste tipo. Não era uma situação comparável, por exemplo, à que ocorreu no Japão Tokugawa.

Os problemas identitários dos *sangleys* conversos decorriam, essencialmente, do zelo missionário, da inépcia dos oficiais ou da opressão fiscal dos governadores. As autoridades de Manila, em estreita associação com as eclesiásticas e das diversas ordens missionárias, pressionavam no sentido da conversão. Havia, primeiramente, uma clara distinção entre *sangleyes cristianos* e *sangleyes infieles*, nomeadamente em termos da carga fiscal. Mas, do ponto de vista identitário, mais grave era a imposição de um corte de cabelo aos neófitos, que para os espanhóis era uma simples marca distintiva da aceitação da nova fé e da libertação da “idolatria”. O seu significado era, contudo, mais profundo e dramático para muitos, já que era tomado, na China, como sinal de recusa da obediência ao Imperador e passível de punição capital. A adoção do cristianismo constituía, portanto, uma rutura a vários níveis, não apenas do ponto de vista prático – o impedimento do regresso à China – como ideológica, social e política.

A norma causou protestos e foram emitidas ordens de revogação, mas em 1625 era ainda uma prática comum, o que levou os *sangleys* a protestarem diretamente junto de Filipe IV¹⁵. Mais tarde, o problema do regresso à China dos *sangleys* cristãos veio a colocar-se a outro nível: já não era exatamente o corte de cabelo que constituía motivo de punição, mas sim as novas leis anti-emigração e anti-catolicismo emitidas pelos Qing (WICKBERG 1997: 159).

A coabitação entre espanhóis e chineses não foi, pois, fácil. Não se tratava de uma simples dicotomia entre senhores coloniais e mão-de-obra asiática. Na verdade, tratava-se, sobretudo, de uma animosidade anti-chinesa que crescia em surdina e que era partilhada por outras comunidades, a começar pelos próprios “filipinos” (ou seja, tagalos, pampangos e outros grupos da ilha de Luzón e das Visayas) e que contaminava outros, como os japoneses. A razão não é difícil de depreender: os *sangleys* não apenas eram o motor do comércio com a China que fazia a prosperidade de Manila, como dominavam completamente o comércio a retalho e todo um leque de ofícios, como, ainda, cultivavam as hortas e abasteciam a cidade de mantimentos – e controlavam os preços, evidentemente – perante a passividade de espanhóis e filipinos, como denunciava, nos finais do século XVI, o arcebispo de Manila¹⁶.

Crescimento demográfico, domínio económico, controle do comércio, especulação nos preços. O ressentimento anti-chinês de que fala Alfonso Felix Jr., nas Filipinas da década de 1960 – mencionado no início – tinha esta origem. Para o cenário ser idêntico à tensão que se vivia na Manila dos inícios do século XVII nem sequer faltou uma motivação política: em 1966 era o “avanço comunista”, em 1603 foi uma visita de uma delegação imperial, que fez temer uma iminente invasão chinesa¹⁷. O acumular de uma longa desconfiança e ressentimento – de que não terá constituído parte menor o assassina-

to do governador às mãos da sua tripulação chinesa, em 1593 – desembocou, finalmente, em revolta aberta e no massacre da maior parte da comunidade, em 1603, o primeiro de vários *pogroms* anti-chineses da história das Filipinas. Episódios idênticos, embora com motivações e causas distintas, viriam a ocorrer em 1639, 1662, 1686 e 1764.

V.

Uma das imagens mais comuns na perceção europeia das comunidades chinesas no Sueste Asiático foi a sua equiparação aos judeus da Europa: o mesmo empreendedorismo e capacidade de trabalho, uma idêntica habilidade para o negócio, o mesmo amor ao dinheiro que os levava a aceitar qualquer ofício e a desempenhar qualquer função, mesmo as mais odiosas¹⁸. A comparação não foi exclusiva de tempos remotos: os paralelismos no historial de sucesso económico, nos episódios de perseguição, nas questões identitárias ou nos problemas de assimilação, quer no passado, quer na atualidade, continuam a gerar interesse e a produzir debate e obra científica (CHIROT e REID 1997).

Apesar de sedutora, a comparação corre o risco de omitir diferenças fundamentais; entre elas, o facto de um dos fatores que desencadearam tensão e ressentimento em relação aos chineses ter sido o seu número, algo nunca aplicável aos judeus; em segundo lugar, estes sempre foram uma minoria urbana, mercantil ou ligada às funções intermédias dos aparelhos administrativos, enquanto os chineses se dividiam entre elites endinheiradas e influentes e setores numerosos de mão-de-obra miserável; finalmente, os judeus eram comunidades mais ou menos herméticas e cruzadas apenas entre si, enquanto parte dos chineses do Sueste Asiático criou raízes locais e deu origem a comunidades mestiças – o que, em última instância e no tempo longo, acabou por tornar complexas e imbrincadas as questões de integração, assimilação e identidade.

O império asiático espanhol, centrado nas Filipinas e, mais precisamente, em Luzón, foi um dos palcos da germinação destas tensões, como se viu, logo em data precoce. No decorrer dos séculos, a afluência de novas vagas de imigrantes provindos da China não esmoreceu, apesar de ordens de expulsão dos chineses não-cristãos, nomeadamente nos finais do século XVII, e Manila permaneceu uma escápula importante das redes mercantis centradas na região meridional do Fujian (CHIA 2006). A sua continuidade identitária é difícil de estabelecer; entre grupos com origens etno-linguísticas diversas, setores cristianizados e mestiços ligados ao comércio que se foram sedimentando ao longo de gerações e novas vagas que afluíam ao arquipélago como mão-de-obra barata, não existia uma identidade “chinesa” que abrangesse os diversos grupos – como não existe na atualidade. *Sanglely* perdeu o seu sentido etimológico, ligado à atividade comercial, e passou a significar apenas “alguém de origem chinesa”, aplicando-se geralmente a designação de

mestizo de sangley para designar os estratos intermédios da população formados pela descendência mista sino-filipina.

O caso mais importante de acolhimento e utilização dos chineses ultramarinos pelos impérios coloniais europeus não foi, contudo, o das Filipinas espanholas – de características arcaizantes e muito marcadas pelo vetor proselitista das missões católicas, mas sim o de Batávia, sede do poder das Províncias Unidas neerlandesas na Ásia a partir de 1619. De resto, os paralelos entre as duas cidades – no caso, a forma como ambas viviam na dependência das comunidades chinesas aí presentes (tanto de *sojourners* como de residentes) e funcionavam como eixos de articulação entre redes asiáticas e europeias – já foi traçada (BLUSSÉ 1988: 78-80).

Ao contrário de espanhóis e portugueses, os holandeses não agiam ao serviço de uma coroa e não se arrogavam de pretensões de difusão da sua religião. Eram, tão-somente, agentes ao serviço de uma companhia de comércio, a poderosa VOC, que emitia as suas diretrizes a partir dos “17 Senhores” sediados em Amesterdão. Para sede do seu império asiático, os estrategas holandeses escolheram cuidadosamente o local mais apropriado, não tomando a subcontinente indiano como epicentro, como a Goa portuguesa, ou acomodando-se à parcela deixada por um tratado de divisão do mundo, como a Manila espanhola. Pelo contrário, elegeram um local situado no centro da zona da Ásia Marítima que tomaram como prioridade estratégica – o arquipelago malaio-indonésio –, ou seja, a ilha de Java.

Inicialmente estabelecidos em Banten – que, de resto, era um dos portos mais importantes das redes mercantis chinesas e o principal canal de abastecimento de pimenta para o Império do Meio – acabaram por escolher uma outra localidade, Batávia, que tomaram em 1619. Tal como Manila, a cidade deveu o seu florescimento à capacidade de atração das comunidades chinesas, nomeadamente as que tradicionalmente estavam fixadas em Banten; mas, e ao contrário de Manila, Batávia foi literalmente erguida de raiz por mão-de-obra chinesa, entre carpinteiros, pedreiros, pescadores, agricultores e comerciantes, para além do trabalho braçal necessário para secar os solos pantanosos e erguer as fortificações, tudo gente trazida do Fujian por intermédio de agentes estabelecidos, também, eles, na nova capital holandesa (BLUSSÉ 1988: 52). Porém, o crescimento do núcleo de chineses foi mais gradual do que em Manila e a parcela formada pela população sazonal continuou ao longo do século a predominar sobre a população residente (VIENNE 1981: 107).

Os relatos dos viajantes do século XVII dão uma ideia mais ou menos idílica do quotidiano da cidade, entre descrições da sua opulência, da diversidade cosmopolita das ruas, do número exagerado de escravos ou da preguiça e caráter vingativo das mulheres. A importância dos chineses nunca é menosprezada. No final do século, François Leguat contabiliza 10 mil residentes e outros tantos em permanente vaivém com a China; impressiona-o, sobretudo

a sua capacidade de trabalho e espírito de entreajuda, mas também a sua docilidade e, inevitavelmente, o vício do jogo (LEGUAT 1895: 241-243).

Os primeiros anos foram, contudo, marcados por uma grande tensão: acossados pelos diretores da VOC que exigiam resultados práticos e lucros rápidos, os governadores viam-se obrigados a conciliar o sucesso nos negócios com as necessidades da guerra contra espanhóis e portugueses. Após a obtenção do controle praticamente total da produção do cravo e da noz moscada e solidamente estabelecidos em Sunda, os holandeses tentaram lançar mão do comércio da China. Jan Pieterszoon Coen, o grande estratega da Companhia, tentou seguir a sua via habitual – a força – planeando a neutralização de Manila e a tomada de Macau.

Tal como os portugueses e os espanhóis em épocas anteriores, os holandeses aperceberam-se de que a China constituía um caso especial no contexto político asiático. Não obstante, julgaram possível impor a sua vontade pela força das armas, tentando estabelecer uma base nas Pescadores (Penghu) e assaltando a navegação chinesa, apresando juncos e forçando-os a irem a Batávia, proibindo simultaneamente a frequência de Manila (MEILINK-ROELOFSZ 1962: 265-268). Uma política de salvo-condutos e o abandono da política agressiva defendida por Coen acabou por amenizar as relações, embora os apresamentos ao largo da costa da China lhes valessem o epíteto de piratas e a expulsão oficial durante décadas.

A história da Batávia seiscentista é a história de uma comunhão de interesses entre a administração colonial holandesa e as redes mercantis do Fujian que abasteciam a cidade sob salvo-conduto, embora, segundo Blussé, os interesses económicos chineses não fossem aqui tão dominantes como em Manila (BLUSSÉ 1988: 103). É um facto, contudo, que não existiu o clima de tensão e sobressalto permanente como o que se verificava na capital das Filipinas, nem emissão de legislação destinada a conter a imigração chinesa e, muito menos, os massacres ali ocorridos.

O pragmatismo holandês, interessado meramente na ordem social propiciadora dos negócios e dos lucros, adequava-se melhor aos hábitos dos mercadores Hokkien do que o proselitismo católico das autoridades de Manila. Por outro lado, a actuação da administração holandesa era mais transparente (sem o paternalismo do *protector de los sangleyes*), o que não significava que deixasse de incidir sobre os chineses o grosso da carga fiscal aplicada na cidade (VIENNE 1981: 114-116). Os chineses eram utilizados pela própria administração colonial como intermediários, funcionários, cobradores de impostos, um desempenho que viria a alargar-se no século seguinte e que deixou a sua marca na memória dos “indonésios”, como se viu no início deste texto; mas já no século XVII tinham representação nos órgãos municipais, como notaram os viajantes: 2 em 9 vereadores, num conselho eminentemente destinado a supervisionar o bom andamento dos negócios (GRAAF 1719: 290).

Este estado de coisas conheceu alterações dramáticas na década de 1720. Nessa época, a VOC já deixara de ser uma simples companhia de comércio

marítimo e transformara-se gradualmente numa potência territorial, com interesses na administração direta e na exploração económica de parte da ilha de Java. A produção de cana-de-açúcar foi, talvez, o fator mais importante da crise que então se instalou e cujo impacto afetou profundamente a comunidade chinesa: não os mercadores, os agentes comerciais ou os funcionários ao serviço da administração da VOC, que formavam as elites dominantes e que haviam prevalecido ao longo do século anterior, mas sim de uma massa cada vez mais alargada de mão-de-obra importada da China para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar.

Esta produção não era novidade na ilha – havia pelo menos um século que os sultões de Banten também cultivavam açúcar recorrendo a mão-de-obra chinesa (GUILLOT 1990). A questão consistia no sistema aplicado pela VOC envolvendo uma imigração desregulada que a ineficiência da administração não conseguia contrariar. Quando a produção caiu e Batávia se viu a braços com largos setores de gente sem ocupação e descontente, predominantemente chineses recém-imigrados, o poder colonial recorreu à expulsão e ao embarque compulsivo para as plantações do Sri Lanka. O resultado foi a revolta e o subsequente massacre de 1741, no qual o bairro chinês foi arrasado e uma larga parcela da população chacinada (WARD 2009: 98-101; RICKLEFS 1983).

VI.

O incidente de 1741 não pode deixar de ser tomado, embora por razões distintas, como uma emulação dos massacres ocorridos em Manila no século anterior e um prenúncio das tensões que viriam a marcar os seguintes. A presença de comunidades mercantis chinesas no Sueste Asiático tinha raízes remotas e ajustava-se às condições económicas e políticas da China e dos reinos que lhe eram tributários e teoricamente vassalos. Quer as regras do *haijin*, quer a evolução dos reinos continentais e dos sultanatos malaio-indonésios colocavam limites à emigração chinesa, composta essencialmente por *sojourners* que cruzavam o Mar da China Meridional. Casos houve de comunidades residentes e envolvidas em atividades produtivas – acima falou-se da cana-de-açúcar de Banten – mas a aceleração da vida económica da Ásia Marítima estimulava, essencialmente, as trocas e a vida comercial.

A chegada dos europeus veio alterar este equilíbrio e criar novos desafios, não apenas mediante a articulação das rotas comerciais com contextos mais alargados, senão globais, criando estímulos à produção e circulação para satisfazer novos enquadramentos económicos, mas também pelo surgimento de novos pólos urbanos com enorme capacidade de atração para as comunidades chinesas. Se a Malaca portuguesa, como se constatou acima, nunca o conseguiu, Manila e Batávia viriam a assinalar os dois modelos da “cidade colonial” no Sueste Asiático, logo numa fase precoce da expansão europeia. Assim, embora a grande emigração chinesa para o Sueste Asiático, que forjou o quadro demográfico das atuais nações independentes, tenha ocorrido no

século XIX, mediante a conjugação de uma China em crise e impérios coloniais sedentos de mão-de-obra agrícola, a “questão chinesa” na Ásia do Sueste remonta a uma época mais recuada.

Notas

- ¹ Sobre o primeiro milénio da expansão chinesa para sul e o comércio chinês com o *nanyang* WANG 1958. Uma problematização do mesmo autor, com as correspondentes ligações à actualidade, em WANG 2000.
- ² Cf. HENG 2001 para o caso específico do comércio da laca malaia para o sul da China e PTAK 1999 sobre as rotas de ligação às Molucas.
- ³ Segundo Jin Guoping, o termo pode contudo ter outros significados mais específicos; V. PTAK 2002: 448-449 n. 5.
- ⁴ Carta de Jorge Cabral a D. João III, 5.9.1528 (THOMAZ 2002: 555).
- ⁵ Carta de Francisco de Faria ao rei, 14.8.1517 (THOMAZ 1964: 148).
- ⁶ COUTO 1973: X, 1^a, iv, iv, 421.
- ⁷ Carta de Leonel de Sousa, 15.1.1556 (REGO 1960: 911).
- ⁸ COUTO 1973: X, 2^a, viii, ii, 273.
- ⁹ Carta do padre Francisco Peres, 24.11.1550 (Wicki 1950: 110).
- ¹⁰ Respetivamente, carta do rei ao vice-rei da Índia, 29.3.1629 (Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Livros das Monções* 26, fl. III) e SCHOUTEN 1936: 133.
- ¹¹ Carta de Martin de Rada ao vice-rei do México, 8.7.1569 (RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ 1978: 25).
- ¹² Por exemplo JIN 2000: 253; informação atualizada sobre esta designação em CHIN 2010: 187, n. 40.
- ¹³ <http://gbtimes.com/travel/destinations/chinatown-manila-oldest-world> (acedido a 1.5.2013).
- ¹⁴ Carta do Provincial dos agostinhos ao rei, 20.2.1582 (RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ 1981: 61-66); Carta do visitador geral das Filipinas ao rei, 1594 (RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ 1983: 76-77).
- ¹⁵ Memorial dos *sangleys* de Manila ao rei, 20.7.1625 (Archivo Historico Nacional, Madrid, *Diversos Colecciones*, 26, N. 45).
- ¹⁶ Carta do Arcebispo de Manila ao rei, 24.6.1598 (*Archivo Ibero Americano* 1919: 460-461).
- ¹⁷ Pormenores em GIL 2011: 467-491.
- ¹⁸ Apreciações semelhantes separadas em mais de um século, a de LAVAL (1998: 676-677) e a de STAVORINUS (1798: 268).

Referências bibliográficas

- ABDURACHMAN, Paramita. 2008. *Bunga Angin Portugis di Nusantara: Jejak-Jejak Kebudayaan Portugis di Indonesia*. Jakarta: Buku Obor.
- ALBUQUERQUE, Luís de e Maria Emília Madeira SANTOS (dir.). 1988. *História Geral de Cabo Verde. Corpo Documental*. Vol. I. Lisboa: IICT e DGPC.
- ALMADA, André Álvares de. 1841. *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o rio Sanagá até os Baixos de Sant' Ana*. Diogo KOPKE (ed.) Porto: Typographia Commercial Portuense.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. 2004. *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I*. Ed. Fac-similar da 14^a ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial (Edições do Senado Federal v. 38-D).
- ANDAYA, Leonard. 1984. "Historical Links between the Aquatic Populations and the Coastal Peoples of the Malay World and Celebes". In Muhammad Abu Bakar *et al.* (eds.). *Historia. Essays in Commemoration of the 25th Anniversary of the Department of History*. Kuala Lumpur: University of Malaya. 34-51.
- IDEM. 1995. "The Portuguese Tribe in the Malay-Indonesian Archipelago in the Seventeenth and Eighteenth Centuries". In Francis Dutra e João Camilo dos Santos (eds.). *The Portuguese and the Pacific*. Santa Barbara: University of California at Santa Barbara / Center for Portuguese Studies. 129-148.
- ANDERSON, Benedict. 2012. *Comunidades Imaginadas*. 2.^a ed. Lisboa: Edições 70.
- ANDERSON, Kathryn Gay. 2003. "The Open Door: Early Modern Wajorese Statecraft and Diaspora". Dissertação de doutoramento. Honolulu: University of Hawai'i.
- ANÓNIMO. 1812. "Notícia summaria do gentilismo da Asia". In *Collecção de noticias para a Historia e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas*. Tomo I. N.º 2 II. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- IDEM. 2003. *Primor e honra da vida soldadesca do Estado da Índia (Anónimo do século XVI)*, editado com introdução e elucidário por Laura Monteiro PEREIRA, revisão do texto com glossário e notas por Maria Augusta da Lima CRUZ, citações em latim por Maria do Rosário Laureano SANTOS. Ericeira: Mar de Letras Editora.
- ARAGON, Lorraine V. 2010. *Multiculturalism: Some Lessons from Indonesia*. Cambridge/Massachusetts: Cultural Survival.
- Archivo Ibero Americano. Estudios Históricos sobre la Orden Franciscana en España y sus misiones*. 1919. Madrid: Padres Franciscanos. Ano VI. Tomo XII.

- ARES QUEIJA, Berta e Serge GRUZINSKI. 1997. *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria de. 2011. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda.
- IDEM. 2012. *Macabeias da Colônia Criptojudaísmo feminino na Bahia*. São Paulo: Alameda Editorial.
- BALENO, Ilídio. 2002. “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão-Pará e Maranhão”. In M. E. Madeira SANTOS (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. III. Lisboa: IICT; Praia: INIPCCCV. 157-233.
- BARBOSA, Duarte. 2000. *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*. Prefácio, texto crítico e apêndice por Maria Augusta da Veiga e Sousa. Vol. II. Lisboa: IICT/CNCDP.
- BARBOSA, Pablo. 2008. “Saberes antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974”. In dossier “História, Produção Intelectual e Cultura Material”. *História em Reflexão*. Revista Eletrônica (UFGD) II.4 (Jul.-Dez.), disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/285/247>.
- BAXTER, Alan. 1988. *A Grammar of Kristang (Malacca Creole Portuguese)*. Camberra: Australian National University.
- IDEM. 1998. “The Linguistic Reflexes of the Historical Connections between the Malay and Portuguese Language in the Malay World”. In Gerard A. FERNANDIS (ed.) *Save Our Portuguese Heritage Conference 95 – Malacca, Malaysia*. Malaca: edição do autor. 40-64.
- IDEM. 2012. “The Creole-Portuguese Language of Malacca: A Delicate Ecology”. In Laura Jarnagin (org.). *Culture and Identity in the Luso-Asian World: Tenacities and Plasticities*. Vol. II: *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies. 115-142.
- BAXTER, Alan e Patrick DE SILVA. 2004. *A Dictionary of Kristang (Malacca Creole Portuguese) with an English-Kristang Finderlist*. Camberra: Pacific Linguistics / Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University.
- BAYLY, Susan. 2011. *Castes, Society and Politics in India from the Eighteenth Century to the Modern Age. The New Cambridge History of India*. Gordon JOHNSON (dir.). Vol. IV-3. Nova Deli: Cambridge University Press.
- BENNASSAR, Bartolomé. 2010. *La España del Siglo de Oro*. Barcelona: Crítica.
- BERNAND, Carmen e Serge GRUZINSKI. 1993. *Les métissages, 1550-1640. Histoire du Nouveau Monde*. Tomo 2. Paris: Fayard.
- BETHENCOURT, Francisco e Adrian PEARCE (eds.). 2012. *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World (Proceedings of the British Academy)*. Wiltshire: Oxford University Press.
- BLUSSÉ, Leonard. 1988. *Strange Company: Chinese Settlers, Mestizo Women and Dutch in VOC Batavia*. Dordrecht/Providence: Foris Publications.

- BLUTEAU, Rafael. 1712-1728. *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Pascoal da Sylva; Joseph Antonio da Sylva; Patriarcal Officina da Musica.
- BOCARRO, António. 1991. *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Edição preparada e prefaciada por Luís SILVEIRA do Ms. de c. 1635 existente na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa (Reservados 21, antigo códice 1471). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Fundação Casa de Bragança.
- IDEM. 1992. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*. Transcrição de Isabel CID. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BORSCHBERG, Peter (ed.). No prelo. *Security, Diplomacy and Commerce in 17th Century Southeast Asia. Journal, Memorials and Letters of Cornelis Matelieff de Jonge*. Edited, introduced and annotated by Peter Borschberg. Documents translated by Corinna Vermeulen.
- BOSMA, Ulbe e Remco RABEN. 2008. *Being "Dutch" in the Indies: A History of Creolisation and Empire, 1500-1920*. Singapura: National University of Singapore.
- BÖTTCHER, Nikolaus, Bernd HAUSBERGER e Max S. Hering TORRES. 2011. "Introducción: sangre, mestizaje y nobleza". In *El peso de la sangre. Limpios, mestizos y nobles en el mundo hispánico*. Cidade do México: El Colégio de México. 9-28.
- BOUCHON, Geneviève. 1999. "Les musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise". In *Inde découverte, Inde retrouvée 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*. Lisboa e Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian e CNCDP. 23-75.
- BOURDIEU, Pierre. 1980 [1970¹] "La Maison ou Le Monde Renversé" (Annexe). *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit. 441-461.
- BOXER, Charles R. 1963. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press
- IDEM. 1965. *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison e Milwaukee: University of Wisconsin Press.
- IDEM. 1967. *Francisco Vieira de Figueiredo. A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. Verhandelingen van het KITLV. Vol. 52. Haia: Martinus Nijhoff.
- IDEM. 1977. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Porto: Edições Afrontamento.
- IDEM. 1981. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. 2.^a ed. Lisboa: Edições 70.
- BOYAJIAN, James C. 1993. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore/Londres: Johns Hopkins University Press.
- BRÁSIO, António (ed.). 1953. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. II. Lisboa: AGU.
- IDEM. 1963-1979. *Monumenta Missionaria Africana*. 2.^a série. Vols. II-IV. Lisboa: AGU /Academia Portuguesa da História.
- BRITTO, Rossana. 2000. *A saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.

- BRUBAKER, Rogers. 2004. *Ethnicity Without Groups*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1936. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- CABRAL, Iva. 1995. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In M. E. Madeira SANTOS (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa: Lisboa e Praia: CEHCA-IICT e INCCV. 225-273.
- IDEM. 2002. “Política e sociedade. Ascensão e queda de uma elite endógena”. In M. E. Madeira SANTOS (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. III. Lisboa e Praia: IICT e INIPPCCV. 235-326.
- IDEM. s.d. “A representação das mulheres casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XV-XVIII (Um estudo prosopográfico)”. Disponível em <http://www.portaldocohecimento.gov.cv/> (acedido em 19 de Setembro de 2012).
- CALAINHO, Daniela Buono. 1992. “Em nome do Santo Ofício: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- IDEM. 2008. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CALDEIRA, Arlindo. 2007-2008. “Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de S. Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII”. *Arquipélago. História* 2.^a série 11-12: 49-72.
- CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. 1995. “Inquisição, Magia e Sociedade: Belém do Pará, 1763-1769”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense.
- CANELO, David Augusto. 2008. *Belmonte, judaísmo e criptojudaísmo*. 2.^a ed. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.
- CAPELA, José. 1974. *Moçambique pelo seu povo*. 3.^a ed. Porto: Afrontamento.
- CARRASCO, Raphaël, Annie MOLINIÉ e Béatrice PEREZ (dir.). 2011. *La pureté de sang en Espagne. Du lignage à la ‘race’*. Paris: PUF-Sorbonne.
- CARREIRA, António. 1983. *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Lisboa: Comissão da Comunidade Europeia e Instituto Caboverdeano do Livro.
- IDEM. 1984. “O primeiro ‘censo’ de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731)”. *Revista de História Económica e Social* 2: 51-66.
- IDEM (ed.). 1985. *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até ao estado presente com um catálogo dos Ex^{os} Bispos. Governadores e Ouvidores e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos: e assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência... Composta pela ... diligência de um Amante da Pátria e Leal Vassalo de S. Majestade Fidelíssima [1784]*. Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro.
- CARSTEN, Janet e Stephen HUGH-JONES (orgs.). 1995. *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

- CARVALHO, Manuel de. 1993. “Resolução de alguns casos versados nas partes da Índia lida pelo padre Manoel de Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600 em Malaca”. In Manuel LOBATO. “Política e comércio dos portugueses no mundo malaio-indonésio (1575-1605). Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. FCSH-UNL. “Apêndice VI”.
- CASTELO, Cláudia. 1998. ‘O modo português de estar no mundo’. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTRO, Alberto Osório de. 1996 [1943¹]. 2.^a ed. *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Lisboa: Edições Cotovia.
- CHAN, Kok Eng. 1983. “The Eurasians of Melaka”. In Kernial Singh SANDHU e Paul WHEATLEY (orgs.). *Melaka: The Transformation of a Malay Capital c.1400-1980*. Vol. 2. Kuala Lumpur: Oxford University Press / Institute of Southeast Asian Studies; 264-81.
- CHANG, Tien-Tsê. 1997. *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de e Francisco Adolfo de VARNHAGEN. 1841. *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. 2 vols. Lisboa: Typ. L. C. da Cunha.
- CHEVALIER, Jean-Baptiste. 1984. *Les aventures de Jean-Baptiste Chevalier dans l’Inde Orientale (1752-1765)*. *Mémoire historique et journal de voyage à Assem*. Jean DELOCHE (ed.). Paris: EFEO.
- CHIA, Lucille. 2006. “The butcher, the baker, and the carpenter: Chinese sojourners in the Spanish Philippines and their impact on Southern Fujian (16th-18th centuries)”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 49.4: 509-534.
- CHIN, James K. 2010. “Junk Trade, Business Networks, and Sojourning Communities: Hokkien Merchants in Early Maritime Asia”. *Journal of Chinese Overseas* 6.2: 157-215.
- CHIROT, Daniel e Anthony REID (eds.). 1997. *Essential Outsiders. Chinese and Jews in the Modern Transformation of Southeast Asia and Central Europe*. Seattle: University of Washington Press.
- CHUA Beng Huat. 1994. “That Imagined Space: Nostalgia for the Kampung in Singapore”. *Department of Sociology Working Papers* 122. Singapura: National University of Singapore.
- COLLIER, Gordon & Ulrich FLEISCHMANN (eds.). 2003. *A Pepper-Pot of Cultures: Aspects of Creolization in the Caribbean*. Amsterdam: Rodopi B.V. / Matatu - Journal for African Culture & Society 27-28.
- CORREA, Armando Pinto. 1934. *Gentio de Timor*. Lisboa: Lucas & C^a.
- CORREIA, Germano. 1948-1958. *História da colonização portuguesa na Índia*. 6 vols. Lisboa: Agência Geral das Colónias/Ultramar.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, e Vítor Luís Gaspar RODRIGUES. 2011. *Conquista de Malaca 1511. As Campanhas de Afonso de Albuquerque*. Vol. II. Lisboa: Tribuna da História.
- COSTA, Luís. 2000. *Dicionário Tétum-Português*. Lisboa: Edições Colibri.

- COUTO, Diogo do. 1973. *Décadas da Ásia*. 14 vols. Lisboa: Sam Carlos.
- IDEM. 2001. *O primeiro Soldado Prático*. Edição e introdução de António Coimbra MARTINS. Lisboa: CNCDP.
- COUTRE, Jacques de. 1991. *Andanzas Asiáticas*. Madrid: Historia 16.
- CUMMINGS, William. 2002. *Making blood white: historical transformations in early modern Makassar*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- CUNHA, Ana Cannas da. 1995. *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- CUNHA, D. Luís da. 2013. *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*. Introdução e notas por Abílio Diniz SILVA. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- CUNHA, João Teles e. 2004. "De Diamper a Mattanchery: Caminhos e encruzilhadas da Igreja Malabar e Católica na Índia. Os primeiros tempos (1599-1624)". *Anais de História Além-Mar* 5: 283-368.
- IDEM. 2007. "A Carreira da Índia e a construção do mercado intercolonial português, 1650-1750". Tese de Doutoramento em História Moderna de Portugal. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.
- CURTIN, Philip D. 1984. *Cross-Cultural Trade in World History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAHMEN, Pierre. 1931. *Roberto de Nobili l'apôtre des brahmes. Première apologie*. 1610. Paris: Éditions Spes.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. 1919-21. *Glossário Luso-Asiático*. 2 vols. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa.
- DAUS, Ronald. 1989. *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies.
- DEVI, Vimala e Manuel de SEABRA. 1971. *A literatura indo-portuguesa*. Vol. I. Lisboa: JIU.
- DHORAISINGAM, Samuel S. 2006. *Peranakan Indians of Singapore and Melaka: Indian Babas and Nonyas - Chitty Melaka*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies.
- DIAS, Jill R. 1997. " 'Entre arte e ciência ou o etnógrafo como herói romântico': Malinowski e o trabalho de campo antropológico". *Ethnologia* 6-8: 39-53.
- DIAS, Jorge e Manuel Viegas GUERREIRO. 1958. *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Relatório da Campanha de 1957. Moçambique e Angola*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU (policopiado, 131 p.).
- IDEM. 1959. *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Relatório da Campanha de 1958. Moçambique e Angola*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU (policopiado, 28 p.).
- IDEM. 1961. *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Relatório da Campanha de 1960. Moçambique e Angola*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU (policopiado, 74 p.).

- DIAS, Jorge, Manuel Viegas GUERREIRO e Margot DIAS. 1960. *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Relatório da Campanha de 1959. Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul Africana*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar (policopiado, 57 p.).
- DIAS, Jorge (dir.), Margot DIAS e Manuel Viegas GUERREIRO. 1964-1970. *Os Macondes de Moçambique*. 4 vols. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, JIU. Vol. I: 1964. *Aspectos Históricos e Económicos* (J. DIAS); vol. II: 1964. *Cultura Material*; vol. III: 1970. *Vida Social e Ritual*; vol. IV: 1966. *Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos* (M. V. GUERREIRO).
- DUMONT, Louis. 1979. *Homo hierarchicus. Le système des castes et ses implications*. Paris: Gallimard.
- DUNCAN, T. Bentley. 1986. "Navigation Between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries". In Edwin J. Van KLEY e Cyriac K. PULLAPILLY (eds.). *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the Age of Exploration. Essays in Honor of Donald F. Lach*. Notre Dame (Ind.): Cross Road Book. 3-25.
- DUPERRON, Abraham Hyacinthe Anquetil. 1997. *Voyage en Inde 1754-1762. Relation de voyage en préliminaire à la traduction du Zend-Avesta*. Jean Deloche, Manonmani Filliozat e Pierre-Sylvain Filliozat (eds.). Paris: EFEO /Maisonneuve et Larose.
- DUTRA, Francis A. 2011. "Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna". *Tempo* 30: 101-114.
- ELIAS, Norbert. 1989-1990. *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. 2 vols. Lisboa: Dom Quixote.
- ENGERMEN, Stenley L. e João César das NEVES. 1997. "The Bricks of an Empire 1415-1999: 585 years of Portuguese migration". *The Journal of European Economic History* 26.3: 471-510.
- ERÉDIA, Manuel Godinho de. 1882. *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay*. M. Léon JANSSEN (ed.). Bruxelas: Liv. Européenne C. Muquardt.
- ESPADA, Maria de Jesus. 2010. 'Io Dali Vos Mori'. *Retrato Sumário de uma Comunidade Lusodescendente em Tugu*. Lisboa: Prefácio,
- FALCON, Francisco José Calazans. 1992. " 'Inquisição e poder': o Regimento do Santo Ofício da Inquisição no contexto das reformas pombalinas (1774)". In Anita NOVINSKY e Maria Luiza Tucci CARNEIRO. *Inquisição. Ensaios sobre Mentalidade, Heresia e Arte*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP. 117-139.
- FANG, Liaw Yock (ed.). 1976. *Undang-undang Malaka. The Laws of Malaka*. Introdução, fixação do texto malaio e trad. ingl. por L. Y. Fang. Haia: KITLV / Martinus Nijhoff. Bibliotheca Indonesica 13.
- FARIA, Manuel de Severim de. 1655. *Notícias de Portugal Offerecidas a Elrey N.S. Dom João o IV*. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana
- IDEM. 2003. *Notícias de Portugal*. Introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço VAZ. Lisboa/Évora: Edições Colibri e Escola Secundária Severim de Faria.

- FEBRINA, Anissa S. 2006. "Preserving Tugu's Heritage, a Family Business". *The Jakarta Post*.
- FELIX JR., Alfonso. 1966. "How We Stand". In Alfonso FELIX JR., (ed.). *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*. Vol. I. Manila: Solidaridad Publishing House. 1-14.
- FIGUEIRÔA-REGO, João de e Fernanda OLIVAL. 2011. "Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e os espaços Atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)", *Tempo XXV*.30: 115-145.
- FLORES, Jorge Manuel. 2001. *Um curto historia de Ceylan. Quinhentos anos de relações entre Portugal e o Sri Lanka*. Lisboa: Fundação Oriente.
- FONSECA, Carlos Eduardo Calaça Costa. 1999. "Cristãos novos naturais do reino e moradores na cidade do Rio de Janeiro (1650-1710)". Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Maria Lucinda e Francisco Melo FERREIRA. 1998. "Manuel Viegas Guerreiro: Evocação de um Mestre e Amigo". *Finisterra XXXIII*.65: 7-10.
- FRAGOSO, João e Maria de Fátima Fragoso GOUVÊA. 2009. "Monarquia pluricontinental e Repúblicas. Algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo XIV*.27: 36-50.
- FRAGOSO, João, Maria de Fátima Silva GOUVÊA e Maria Fernanda BICALHO. 2002. "Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do império", *Penélope* 23: 67-88.
- FRANÇA, António Pinto da. 1985. *Portuguese Influence in Indonesia*, Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation.
- IDEM. 2010. "Introdução". In Joaquim Magalhães de CASTRO, *Mar das Especiarias*. Lisboa: Editorial Presença.
- FRANÇOIS, Pierre. 1936. "L'Église St. Paul de Malacca". Manuscrito. 35 p.
- FREUDENTHAL, A. (ed.). 1994. *Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*. Vol. II: *Moçambique*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império.
- FREYRE, Gilberto. 1940. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio [Lisboa: Livros do Brasil, 1940].
- IDEM. 1957. *Casa Grande e Sanzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Lisboa: Livros de Brasil.
- IDEM. 1961. *O Luso e o Trópico: sugestões em torno dos métodos de integração dos povos autóctones e de cultura diferentes na europeia num complexo novo de civilizações: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- IDEM. 1963. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Lisboa: Livros do Brasil.
- IDEM. s.d. *Ordem e Progresso: processo de decadência das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. Lisboa: Livros do Brasil.

- FRIAS, António João de. 1702. *Aureola dos Índios & Nobiliarchia Bracmana, tratado historico, genealogico, panegyrico, politico, & moral [...] escrito pelo licenciado [...] protonotario apostolico*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- FRIEDMAN, Jonathan. 2005. "Diasporization, Globalization, and Cosmopolitan Discourse". In A. LÉVY e A. WEINGROD (orgs.). *Homelands and Diasporas: Holy Lands and Other Places*. Stanford: Stanford University Press. 140-165.
- GANAP, Victor. 2001. *Tugu Village People in North Jakarta: Legacy of Portuguese Sojourn in Southeast Asia*. Bangucoque: SEAMEO (policopiado).
- GEERTZ, Clifford. 1978 [1973]. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIL, Juan. 2011. *Los Chinos de Manila, siglos XVI y XVII*. Lisboa: CCCM.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1971. "Sociedade portuguesa". In Joel SERRÃO (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 20-51.
- IDEM. 1985-87. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Vols. II e III. 2.ª ed. ampliada. Lisboa: Ed. Presença.
- IDEM. 2009. "Uma constante estrutural da história portuguesa: a emigração – séculos XV-XX". In *Ensaios e Estudos. Uma maneira de pensar*. Vol. I. Lisboa: Sá da Costa Editora [trad. de "L'émigration portugaise (XV, XXe Siècles), une constante structurale et les réponses aux changements du monde". *Revista de História Económica e Social* Caderno 1 (1978): 5-32].
- GOH, Beng Lan. 1998. "Modern Dreams: An Enquiry into Power, Cityscape Transformation and Cultural Difference in Contemporary Malaysia". In Joel S. KHAN (ed.). *Southeast Asian Identities: Culture and the Politics of Representation in Indonesia*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies. 88-105.
- GOLLENESSE, Julius Valentijn Stein Van. 1911. "Memorandum on the Administration of the Malabar Coast Composed By (...) The (...) Governor-Elect of Ceylon and Outgoing Commandeur of Malabar for his Successor the (...) Reinicus Siersma in the year 1743 A.D." In GALLETI, A., A. J. Van der BURG e P. GROOT (eds.). *Selections from the Records of the Madras Government, Dutch Records No. 13. The Dutch in Malabar*. Madrastra: Government Press. 43-95
- GONÇALVES, Diogo. 1955. *Historia do Malavar (Hs. Goa 58 des Arch Rom. S. I.)*. Introdução e notas por José WICKI. Münster: Aschendorfsche Verlagsbuchhandlung.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. 1996. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. 2ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.
- GOODY, Jack. 1972. "The Evolution of the Family". In Peter Laslett (org.). *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press. 103-124.
- IDEM. 1976. *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IDEM. 1996. *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press [O Oriente no Ocidente, Lisboa: Difel, 2000].
- IDEM. 2006. *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GORDON, Stewart. 1993. *The Marathas. The New Cambridge History of India*. Gordon JOHNSON (dir.). Vol. II-4. Nova Delhi: Cambridge University Press.

- GRAAF, Nicolas de. 1719. *Voyage de Nicolas de Graaf aux Indes Orientales et en d'autres lieux d'Asie. Avec une relation curieuse de la ville de Batavia et des moeurs, & du commerce des Hollandois établis dans les Indes [...] depuis 1639 jusqu'en 1687*. Amsterdão: Jean Frederic Bernard.
- GRUZINSKI, Serge. 1994. "Las repercusiones de la conquista: la experiencia novohispana". In Carmen BERNAND (ed.). *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. México. Fondo de Cultura Económica, 148-171.
- IDEM. 1999. *La pensée métisse*. Paris: Fayard.
- IDEM. 2006. *Les quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*. 2.^a ed. Paris: Seuil.
- GUERREIRO, Fernão. 1942. *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia nas suas missões [...]*. Vol. III (1607-1609). Artur VIEGAS (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.
- GUERREIRO, Manuel Viegas. 1957. *Caderno de Campo*. Ms. depositado na Fundação Manuel Viegas Guerreiro (Querença, Loulé).
- GUERRERO, Milagros C. 1966. "The Chinese in the Philippines, 1570-1770". In Alfonso FELIX JR. (ed.). *The Chinese in the Philippines*. Vol. I. Manila: Solidaridad Publishing House. 15-39.
- GUILLOT, Claude. 1990. "Les Sucriers Chinois de Kelapadua, Banten, XVIIeme siècle. Textes et Vestiges". *Archipel* 39: 139-158.
- GUIMARÃES, João Pedro de Campos e José Maria Cabral FERREIRA. 1996. *O Bairro Português de Malaca*. Porto: Edições Afrontamento.
- GUINOTE, Paulo, Eduardo FRUTUOSO e António LOPES. 2002. *As Armadas da Índia 1497-1835*. Lisboa: CNCDP.
- GUNDER FRANK, Andre. 1998. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press.
- GUNN, Geoffrey C. 1999. *Timor Loro Sae. 500 anos*. Macau: Livros do Oriente.
- GUSMÃO, Xanana. 1994. *Timor Leste. Um Povo, Uma Pátria. Resistir e Lutar para Vencer*. Lisboa: Edições Colibri.
- HAAN, Frederik de. 1935. *Oud Batavia*. 2.^a ed. revista. Vol. I. Bandung: A. C. Nix & Co.
- HALL, Stuart. 1990. *Cultural identity and Diaspora*. In Jonathan RUTHERFORD (ed.). *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart. 222-237.
- HAVIK, Philip & Malyn NEWITT (eds.). 2007. *Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire*. Bristol: Dept. of Hispanic, Portuguese & Latin American Studies / Lusophone Studies 6.
- HENG, Derek Thiam Soon. 2001. "The Trade in Lakawood products between South China and the Malay World from the Twelfth to Fifteenth Centuries AD". *Journal of Southeast Asian Studies* 32.2 (Jun.): 133-149.
- HERZFELD, Michael. 2005. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation State*. 2.^a ed. Nova Iorque: Routledge.

- HESPANHA, António Manuel. 1994. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina.
- HEUKEN, A. 2007. *Historical Sites of Jakarta*. 7ª ed. Jakarta: Cipta Loka Caraka.
- HINE, Christine. 2000. *Virtual Ethnography*. Londres: Sage Publications.
- HOLM, John 1988-89. *Pidgins and Creoles*. Vol. I: *Theory and Structure*; Vol. II: *Reference Survey*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HORTA, José da Silva. 2012. *A 'Guiné do Cabo Verde'. Produção textual e representações*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HUNTINGFORD, G. W. B. (ed.). 1980. *The Periplus of the Erythreian Sea by an unknown author. With some Extracts from Agatharkhidēs 'On the Erythreian Sea'*. Londres: Hakluyt Society.
- HUTNYK, John. 2010. "Hybridity". In Kim KNOTT e Seán MCLOUGHLIN (eds.). *Diasporas: Concepts, Intersections, Identities*. Londres e Nova Iorque: Zed Books. 59-62.
- JACQUES, Roland. 1999. *De Castro Marim à Faiço: Naissance et développement du padroado portugais d'Orient des origines à 1659*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- JAYAPAL, Maya. 1993. *Old Jakarta*. Kuala Lumpur: Oxford University Press.
- JIN Guoping. 2000. "Relações luso-espanholas no contexto chinês". In Jorge M. dos Santos ALVES (coord.). *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente. 243-259.
- JIN Guoping e WU Zhiliang. 2007. "Os impactos da conquista de Malaca em relação à China quinhentista: propostas para uma periodização da História Moderna da China". *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente. 11-42.
- KATHIRITHAMBY-WELLS, Jeyamalar. 1993. "Restrains on the development of merchant capitals in Southeast Asia before c. 1800". In Anthony REID (ed.). *Southeast Asia in the Early Modern Era. Trade, Power and Belief*. Ithaca e Londres: Cornell University Press. 123-148.
- KOLLAPARAMBIL, Jacob. 1992. *The Babylonian Origin of the Southist Among the St. Thomas Christians*. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientalium.
- KUBIK, Gerhard. 1986. "Prefácio". In Margot DIAS. *Instrumentos Musicais de Moçambique*. Lisboa: Centro de Antropologia Cultural e Social, IICT. 9-15.
- LABAN, Michel. 1998. *Moçambique. Encontro com Escritores*. Vol. I. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida (Depoimentos de José Craveirinha e Noémia de Sousa).
- LAHON, Didier. 2004. "Inquisição, pacto com o demônio e 'magia' africana em Lisboa no século XVIII". *TOPOI* 5.8 (Jan.-Jun.): 9-70. www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi08a1.pdf (acessado em 15 de fevereiro de 2012).
- LAVAL, Francisco Pyrard de. 1944. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. J. H. da Cunha RIVARA (ed.). Vol. II. Porto: Livraria Civilização.

- IDEM. 1998. *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes Orientales (1601-1611)*. Vol. II: *Goa, l'empire maritime portugais et le séjour au Brésil*. Texte établi & annoté par Xavier de Castro. Paris: Chandeigne.
- LEAL, João. 2008. "A energia da antropologia. Seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira". *Etnográfica* 12.2: 503-521.
- LEGUAT, François. 1895. *The Voyage of François Leguat of Bresse to Rodriguez, Mauritius, Java, and the Cape of Good Hope*. Vol. II. Londres: Hakluyt Society.
- LEVY, André e Alex WEINGROD (orgs.). 2005. *Homelands and Diasporas: Holy Lands and Other Places*. Standford: Standford University Press.
- LIN Renchuan. 1990. "Fukien's private sea trade in the 16th and 17th Centuries". In E. B. VERMEER (ed.). *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*. Leiden: Brill. 163-215.
- LINSCHOTEN, Jan Huyghen van. 1997. *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huyghen van Linschoten para as Índias Orientais ou portuguesas*. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (eds.). Lisboa: CNCDP.
- LIPINER, Elias. 1969. *Os Judaizantes nas Capitánias de Cima. Estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Brasiliense.
- LOBATO, Manuel. 1999a. *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: Instituto Português dos Oriente.
- IDEM. 1999b. "Os Portugueses em Malaca e na Ásia do Sueste". *Revista Militar II Século*, Ano 51, 2364 (Jan.) Número Especial – *Presença Portuguesa no Oriente*: 159-197.
- IDEM. 2000. "Malaca". In A. H. de OLIVEIRA MARQUES (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol. 1. Tomo II: *De Macau à Periferia*. Lisboa: Fundação Oriente. 11-74.
- IDEM. 2002. "Notas e correções para uma edição crítica do Ms. da Livraria Nº 805 (IAN/TT). A propósito da publicação de um tratado do Pe. Manuel de Carvalho SJ". *Anais de História de Além-Mar* 3. Vol. de Homenagem a Luís Filipe Thomaz: 389-408.
- LOCKARD, Craig A. 2010. " 'The Sea Common to All': Maritime Frontiers, Port Cities, and Chinese Traders in the Southeast Asian Age of Commerce, ca. 1400-1750". *Journal of World History* 21.2 (Jun.): 219-247.
- LOMBARD, Denys. 1988. "Le Sultanat Malais comme Modèle Socio-économique". In Denys Lombard e Jean Aubin (dir.). *Marchands et Hommes d'Affaires Asiatiques dans l'Océan Indien et le Mer de Chine. 13e.-20e siècles*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. 117-124.
- IDEM. 1998. "A Eurásia nas vésperas do 'momento' português". In A. H de OLIVEIRA MARQUES (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol. 1. T. I. Lisboa: Fundação Oriente. 125-133.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. 1998. "A Inquisição de Goa na primeira metade de Setecentos". *Mare Liberum* 15 (Jun.): 107-136.

- LOUREIRO, Rui e Serge GRUZINSKI. 1999. *Passar as Fronteiras: Actas do II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais, século XV a XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes.
- LUZ, Francisco Paulo Mendes da (ed.). 1960. “Livro das Cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das mais capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importância deles” [reprod. anastática]. *Studia* 6 (Jul.).
- LYNN Pan. 1990. *Sons of the Yellow Emperor: A History of the Chinese Diaspora*. Boston: Little, Brown and Company.
- MACHADO, Diogo Barbosa. 1966. *Bibliotheca Lusitana*. Reimp. da edição de 1747. Vol. II. Coimbra: Atlântida Editora.
- MAGALHÃES, A. Barbedo de. 1992. *Timor Leste: Terra de Esperança. II Jornadas de Timor da Universidade do Porto (28 de Abril a 1 de Maio de 1990). Com uma introdução histórica sobre Timor Leste, ocupação e genocídio na hora da descolonização*. [Porto]: Reitoria da Universidade do Porto.
- MALDONADO, Maria Hermínia (ed.). 1985. *Relação das náos e armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber, para noticia e instrução dos curiosos, e amantes da Historia da Índia (British Library, códice Add. 20902)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- MANUCCI, Niccolò. 1989. *Mogul India 1653-1708 or Storia do Mogor*. William IRVINE (ed.). Vol. III. Nova Deli: Atlantic.
- MANUSAMA-MONIAGA, Frieda. 1995. *The Tugu Extended Family Tie – Ikatan Keluarga Besar Tugu (Brief History on the Tugu Church; Keroncong Tugu, the People, and the Supplement Book ‘The Family Tree from the 17th Century to the 20th Century’)*. Tugu (policopiado).
- MARK, Peter Mark e José da Silva HORTA. 2011. *The forgotten diaspora. Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- MARQUES, José (ed.). 1999. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (Álvaro Velho)*. Porto: Faculdade de Letras.
- MARTIN, Ian. 2001. *Autodeterminação em Timor-Leste*. Lisboa: Quetzal Editores.
- MARSHALL, Catherine e Gretchen ROSSMAN. 1999. *Designing Qualitative Research*. Londres: Sage Publications.
- MATOS, Artur Teodoro de. 2005. “Santiago: entreposto de escravos e escala da navegação atlântica”. In A. Teodoro de MATOS (coord.). *A colonização atlântica*. Vol. II. *Nova Historia da Expansão*. Joel SERRÃO e A. H. de OLIVEIRA MARQUES (dir.). Lisboa: Estampa. 221-236.
- MCPHERSON, Kenneth. 1997. “Paravas and portuguese. A study of portuguese strategy and its impact on an indian seafaring community”. *Mare Liberum* 13 (Jun.): 69-82.
- MEDEIROS, Eduardo. 2007. “Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens várias”. *Cadernos de Estudos Africanos* 13-14: 1-23 (disponível em <http://cea.revues.org/494#bodyftni>, acedido em 22.06.2012).

- MEILINK-ROELOFSZ, M. A. P. 1962. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Haia: Martinus Nijhoff.
- MENDONÇA, Délio de. 2002. *Conversions and Citizenry. Goa under Portugal, 1510-1610*. Nova Deli: Concept Publishing.
- MENDONÇA, Heitor Furtado de. 1925. *Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia 1591-593*. São Paulo: Paulo Prado.
- MIRANDA, Susana Münch e Cristina Seuanes SERAFIM. 1998. "O Potencial Demográfico". In A. H. de OLIVEIRA MARQUES (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. 1º Vol. Tomo I: *Em Torno de Macau*. Lisboa: Fundação Oriente. 181-215.
- MOENS, Adriaan. 1911. "Memorandum on the Administration of the Malabar by (...) Adriaan Moens. (...) Dated 18th April 1781 A.D." In GALLETTI, A., A. J. Van der BURG e P. GROOT (eds.). *Selections from the Records of the Madras Government, Dutch Records No. 13. The Dutch in Malabar*. Madrastra: Government Press. 97-258.
- MOLS, Roger. 1987. "La población europea (1500-1700)". In Carlo M. CIPOLLA (dir.). *Historia económica de Europa*. Vol. 2: *Siglos XVI y XVII*. Barcelona: Editorial Ariel.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 1997. "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". *Análise Social*. XXXII.141: 335-368.
- IDEM. 2005. "O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social". *Almanack Braziliense* 2: 4-20.
- MORAIS SILVA, António de. 1953. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ª ed. Vol. V. Lisboa. Confluência.
- MOREIRA, Adriano. 1961. "O mito dos mestiços". In *Política Ultramarina* 1: 119-122.
- IDEM. 2009. *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Edições Almedina.
- MORGA, Antonio de. 1997. *Sucesos de las Islas Filipinas*. Madrid: Ed. Polifemo.
- MOTT, Luiz. 1993. *Rosa Egípcíaca: Uma Santa Africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- IDEM. 1994. "O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739". *Revista do IAC. Ouro Preto* 1: 73-82.
- IDEM. 1997. "Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu". In Laura de Mello e SOUZA (org.). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 155-221.
- IDEM. 2010. *Bahia: Inquisição e Sociedade*. Salvador: Edufba.
- MUNDADAN, A. Mathias. 1984. *History of Christianity in India*. Vol. I: *From the Beginning up to the Middle of the Sixteenth Century*. Bangalore: Church History Association of India.
- NAS, Peter J. M. e Kees GRIJNS. 2000. "Jakarta-Batavia: a sample of current socio-historical research". In Kees GRIJNS e Peter J. M. NAS (eds.). *Jakarta-Batavia: Socio-Cultural Essays*. Leiden: KITLV Press. 1-24.

- NEIL, Stephen. 1984. *A History of Christianity in India*. Vol. I: *The Beginning to AD 1707*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEVES, Olga Iglésias. 2009. “O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)”. *Africanologia. Revista Lusófona de Estudos Africanos* 2: 179-214.
- NOORDUYN, J. 1957. “C. H. Thomsen, the editor of ‘A code of Bugis Maritime Laws’”. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 113,3: 238-251.
- NOVINSKY, Anita W. 1972. *Cristãos Novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva e Ed. da Universidade de São Paulo.
- O’NEILL, Brian Juan. 1997. “A Tripla Identidade dos Portugueses de Malaca”. *Oceanos* 32: 63-83.
- IDEM. 1999. “La Triple Identité des Créoles Portugais de Malaca”. *Ethnologie Française* XXIX, 2 (Abr.-Jun): *Portugal du Tage à la Mer de Chine*. Trad. de Jehanne Féblot-Augustins: 237-253.
- IDEM. 2002. “Multiple Identities among the Malacca Portuguese”. *Revista de Cultura* 4: 80-105.
- IDEM. 2003. “Patrimónios Sobrepostos: a Lusomania entre os Kristang de Malaca”. Manuel J. RAMOS (coord.). *A matéria do património: memórias e identidades*. [Antropológica Avulsa nº 2] Lisboa: Edições Colibri/DepANT-ISCTE. 33-38.
- IDEM. 2006a. *Antropologia Social – Sociedades Complexas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- IDEM. 2006b [1995¹]. “Emular de Longe: O Povo Português de Malaca”. In B. J. O’NEILL. *Antropologia Social – Sociedades Complexas*. Lisboa: Universidade Aberta / Série “Manuais” 296; 345-392.
- IDEM. 2008. “Displaced Identities among the Malacca Portuguese”. In Shawn PARKHURST & Sharon ROSEMAN (orgs.). *Recasting Culture and Space in Iberian Contexts*. New York: SUNY Press. 55-80.
- IDEM. 2012. “Miraculous Eurasia”. *Anthropology of This Century* (Londres) 4 (Mai.) ([http://aotcpress.com/articles/miraculous - eurasia/](http://aotcpress.com/articles/miraculous- Eurasia/)).
- IDEM (em preparação). *The Eurasian Worlds of the Malacca Portuguese: Mistaken Identity or Theft of Creoles?* (versão portuguesa: *Malaca Ignorada: O Mundo Crioulo dos ‘Portugueses’ da Malásia*).
- OESTREICH, Gerhard, 1968. “Strukturprobleme des Absolutismus”. In *Viertesjahreschrift für Wirtschaft und Sozialgeschichte* 55: 329-347 [trad. port. António Manuel HESPANHA. 1984. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 179-197].
- OLIVEIRA, Aldina de Araújo. 1974. “Papiá Cristão, o Dialecto dos Portugueses de Malaca”. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa (separata – Língua e Cultura: Curso Superior de Português, 32 p.).
- OLIVEIRA, Barradas de (coord.). 1954. “A Caminho de Malaca”. In *Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente 1952*. Vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 7-31.

- OLIVEIRA, Halysom Rodrygo Silva de. 2012. “Mundo de Medo: Inquisição e cristãos-novos nos espaços coloniais. Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba (1593-1595)”. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PAIS, Leonardo. 1713. *Promptuario das diffiniçoens indicas deduzidas de varios chronistas da India, graves authores, & das Historias Gentilicas*. Lisboa: Oficina de António Pedroso Galvão.
- PAIVA, Eduardo França. 2009. Por uma história cultural da escravidão da presença africana e das mestiçagens, *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais* 6. VI. 3: 1-24.
- PAIVA, José Pedro. 1997. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”. 1600-1774*. Lisboa: Editorial Notícias.
- PARÉS, Luís Nicolau. 2005. “O processo de criouliização no reconcâvo baiano (1750-1800)”. *Afro-Ásia* 33: 87-132.
- PATO, Raimundo António de Bulhão (ed.). 1884 e 1903. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Tomos I e III. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- PEREIRA, Alexius. 2006. “No Longer ‘Other’: The Emergence of the Eurasian Community in Singapore”. Lian Kwee FEE (org.). *Race, Ethnicity, and the State in Malaysia and Singapore*. Leiden: Brill. 5-32.
- PEREIRA, António Pinto. 1987. *História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*. Introdução de Manuel Marques Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PEREIRA, Rui. 1998. “Introdução à reedição de 1998”. In Jorge Dias. *Os Macondes de Moçambique*. Vol. I: *Aspectos Históricos e Económicos*. 2.^a ed. Lisboa: CNCDP-IICT.
- PIERIS, P. E. 1949. *The Ceylon Litoral 1593*. S.l. [Colombo]: The Times of Ceylon.
- PINK, Sarah. 2001. *Doing Visual Ethnography: Images, Media, and Representation in Research*. Londres: Sage.
- PINTADO, Manuel Joaquim. 1974. *Survival Through Human Values of Religion, Culture, Language*. Malaca: edição do autor.
- PINTO, Paulo J. S. 1997. *Portugueses e Malaios: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa. 2000. “Traços da Presença Chinesa em Malaca (século XVI-1.^a metade do século XVII)”. In Jorge M. dos Santos ALVES (coord.). *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente. 133-145.
- IDEM. 2008. “Enemy at the Gates: Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (end of 16th Century)”. *Bulletin of Portuguese / Japanese Studies* 16: 11-43.
- IDEM. 2010. “No Extremo da Redonda Esfera: Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640. Um ensaio sobre os impérios ibéricos”. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

- PIRES, Ema C. 2012. “Paraísos Desfocados: Nostalgia Empacotada e Conexões Coloniais em Malaca”. Tese de Doutoramento em Antropologia (Museologia e Património). Lisboa: ISCTe-IUL (policopiado 272 p.).
- PIRES, Maria Teresa Avelino. 2009. “O Município nas ilhas de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII”. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL.
- IDEM. 2013. *O domínio do poder e o poder dos homens. Os governos interinos camarários das ilhas de Cabo Verde. Séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Chiado Editora.
- IDEM. Inédito. *A ascensão de Manuel Gonçalves de Carvalho a presidente do governo interino de Cabo Verde (1767)*.
- PIRES, Tomé. 1978. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Introdução e notas por Armando CORTESÃO. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- PISSURENCA, Panduronga S. S. (ed.). 1956. *Assentos do Conselho do Estado*. Vol. IV (1659-1695). Bastorá, Goa: Tipografia Rangel.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 1942. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense.
- Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995*. 1984. Vol. XIV. 2ª fase da Coleção Pernambucana. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- PTAK, Roderich. 1999. “The northern trade route to the Spice Islands: South China Sea – Sulu Zone – North Moluccas (14th to early 16th century)”. In Roderich PTAK (ed.). *China’s Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200-1750)*. Variorum Collected Studies. Aldershot, Hampshire: Ashgate Publishing House.
- IDEM. 2000. “Jottings on Chinese Sailing Routes to Southeast Asia, especially on the Eastern Route in Ming Times”. In Jorge dos Santos ALVES (ed.). *Portugal e a China – Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente. 107-131.
- IDEM. 2002. “The Fujianese, Ryikyuan and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors?” *Anais de História de Além-Mar* 3: 447-467.
- PUNCH, Keith F. 1998. *Introduction to Social Research*. Londres: Sage.
- RABEENDRAN, R. 1976. “Ethno-Racial Marginality in West Malaysia: The Case of the Peranakan Hindu Melaka or Malacca Chitty Community”. Separata (texto policopiado), Jabatan Antropologi dan Sosiologi, Universiti Malaya. 21 p.
- RAMINELLI, Ronald. 2012. “Impedimentos da cor: mulatos em Portugal e no Brasil c. 1640-1750”. *Varia História* 28: 699-723.
- RAU, Virgínia e Maria Fernanda Gomes da SILVA. 1955. *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- “Regimento do Santo Ofício da Inquisição do Reino de Portugal (1640)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* 392 (jul.-set. 1996): 693-883.
- “Regimento do Santo Ofício da Inquisição do Reino de Portugal (1774)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* 392 (jul.-set. 1996): 885-972.

- REGO, António da Silva. 1940. *O Padroado Português do Oriente. Esboço histórico*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- IDEM. 1998 [1942¹] *Dialecto Português de Malaca e Outros Escritos*. Lisboa: CNCDP.
- IDEM (ed.). 1947-1949 e 1958. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*. Vols. I (1499-1522), II (1523-1543) e XII (1572-1582). Lisboa: Agência Geral das Colónias/Ultramar.
- IDEM (ed.). 1960. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. I. Lisboa: CEHU.
- REID, Anthony. 2001. “Flows and Seepages in the long-term Chinese Interaction with Southeast Asia”. In Anthony REID (ed.), *Sojourners and Settlers. Histories of Southeast Asia and the Chinese*. Honolulu: University of Hawaii. 15-49.
- IDEM. 2006 May. “Hybrid Identities in the Fifteenth-Century Straits of Malacca”. *Working Paper Series No. 67*. Singapura: Asia Research Institute, NUS.
- RICKLEFS, V. M. C. 1983. “The Crisis in 1740-1 in Java: the Javanese, Chinese, Madurese and Dutch, and the fall of the court of Kartasura”. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 139.2-3: 268-290.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. 1992. *Arquivo Portuguez Oriental*. Fasc. 1, Parte 2 [1857¹], Fasc. 2. [1876¹] Fasc. 4. [1862¹], Fasc. 6, supl. I e II [1876¹]. Nova Delhi: Asian Educational Services.
- ROBINSON, Rowena. 2003. “Sixteenth Century Conversions to Christianity in Goa”. In Rowena ROBINSON e Sathianathan CLARKE (eds.), *Religious Conversion in India. Modes, Motivations, and Meanings*. Nova Delhi: Oxford University Press. 291-322.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. 2007. “Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)”. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins. 2008. “Nas ilhas de Cabo Verde. A pequena nobreza na construção do império Atlântico português”. *Canoa do Tempo* II.1: 61-80.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira. 1997. “As estruturas populacionais”. In José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade*. Joaquim Romero MAGALHÃES (coord.). Lisboa: Editorial Estampa.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Isacio (ed.). 1978-1983. *Historia de la Provincia Agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*. Vols. XIV-XVI. Manila: Arnoldus Press.
- ROQUE, Ana Cristina e Lívia FERRÃO. 2004. “As Teias da História. Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique”. In *A questão social no novo milénio. Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. (em linha em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Roque.pdf, acedido em 23.06.2012).
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 1998. *The Portuguese Empire, 1415-1808. A world on the move*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco de. 2003. *Obras Completas*. Vol. II. Texto fixado com notas e prefácio de Manuel Rodrigues Lapa. 5.^a ed. revista. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- SALLEH, Badriyah Haji. 2004. “Undang-Undang Laut (Melaka Maritime Laws/Code)”. In Ooi Keat GIN (ed.), *Southeast Asia: a historical encyclopedia from*

- Angkor Wat to East Timor*. 3 vols. Santa Bárbara: ABC-CLIO. 1360-1361.
- SALMON, Claudine. 2002. "Srivijaya, la Chine et les marchands chinois (Xe-XIIe s.). Quelques réflexions sur la société de l'empire sumatrais". *Archipel* 63: 57-78.
- SALVADOR, José Gonçalves. 1976. *Os Cristãos-Novos: Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. 1993. "Mulatos: sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI". *Studia* 53: 237-246.
- SANTOS, Maria Emília Madeira e Iva CABRAL. 1991. "O nascer de uma sociedade através do morador-armador". In Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS (coords.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I. Lisboa: CEHCA-IICT; Praia: DGPC. 371-429.
- SANTOS, Vanicleia Silva. 2008. "As bolsas de Mandinga no espaço Atlântico. Século XVIII". Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SARAIVA, Maria Clara. 1998. "Rituais funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 12: 121-156.
- SARKISSIAN, Margaret. 2003. "A Construção de Uma Tradição Portuguesa em Malacca". In Salwa CASTELO BRANCO e Jorge FREITAS BRANCO (orgs.). *Voices do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta. 599-608.
- SCHOUTEN, Joost. 1936. "Schouten's Report of his Visit to Malacca". In P. A. LEUPE (ed.). "The Siege and Capture of Malacca from the Portuguese in 1640-1641". Extracts from the Archives of the Dutch East India Company. Translated by Mac Hacobian. *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* XIV.1 (Jan.): 146-178.
- SCHOUTEN, Maria Johanna. 2001. "Antropologia e colonialismo em Timor português". *Lusotopie* 8.1-2: 157-171.
- SCHURHAMMER, Georg. 1963. "Die bekehrung der paraver (1533-1537)". In *Orientalia*. Roma/Lisboa: Institutum Historicum Societatis Iesu/CEHU. 215-254.
- SERRES, Michel. 1992. *Filosofia Mestiça*. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SERVOISE, René. 1973. "La conception de l'ordre mondial dans la China Impériale". *Revue Française de Science Politique* 23.3: 550-569.
- SCHUMM, Petra. 1998. "El concepto 'barroco' en la época de la desaparición de las fronteras". In Petra SCHUMM (ed.). *Barrocos y modernos: Nuevos caminos en la investigación del Barroco iberoamericano*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Ibero-Americana. 355-369.
- SILVA, António Correia e. 1991. *A influência do Atlântico na formação de Cabo Verde*. Lisboa: CEHCA-IICT, Série Separatas Verdes 228.
- IDEM. 1995. "Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico". In M. E. M. SANTOS (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa: IICT; Praia: INCCV. 1-16
- SILVA, C. R. de. 1996. "The Portuguese impact on the production and trade in Sri Lanka cinnamon in Asia in the 16th and 17th centuries". In Michael PEARSON (ed.). *Spices in the Indian World. An Expanding World. The European Empires Impact*

- on *World History, 1450-1800*. Vol. 11. A. J. R. RUSSEL-WOOD (coord.): Londres: Variorum: 245-258 [facsimile de *Indica* 26.1 (1989): 25-38].
- SILVA, Gerónimo de. 1868. *Correspondencia de Don Gerónimo de Silva con Felipe III, Don Juan de Silva, el rey de Tidore y otros personajes, desde abril de 1612 hasta febrero de 1617, sobre el estado de las islas Molucas*. Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España LII. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero.
- SILVA, Marco Antonio Nunes da. 2003. “O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII”. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- SILVA, Maria Cardeira da (org.). 1997. *Trabalho de Campo*. *Ethnologia* 6-8.
- SIQUEIRA, Sonia Aparecida. 1978. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática.
- SMITH, Valene (org.). 1989. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SOARES, Maria João. 2012. “A importância do cerimonial na afirmação da elite da ilha de Santiago (séculos XV-XVIII)”. In Miguel J. RODRIGUES (ed.). *Pequena nobreza nos impérios ibéricos de Antigo Regime. Actas do Congresso Internacional*. Ed. electrónica. Lisboa: IICT. Disponível em www.iict.pt/pequenonobreza/arquivo/Doc/reso53-pt.pdf
- SOUSA, Ivo Carneiro de. 1999. “Comércio oriental, fiscalidade e ética económica em Malaca: o tratado para a Resolução de alguns Casos versados nas partes da Índia do jesuíta Manuel de Carvalho (1600)”. In M. de Fátima MARINHO, I. Carneiro de SOUSA, P. TAVARES e L. Marques da SILVA (eds.). *Miscelânea*. Porto: FLUP. 129-197.
- SOUZA, B. G. De. 1975. *Goan Society in Transition. A Study in Social Change*. Bombaim: Popular Prakashan.
- SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. 2009. “Para além das Almas: Comissários Qualificadores e Notários da Inquisição Portuguesa na Bahia (1692-1804)”. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.
- SOUZA, Laura de Mello e. 1995. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- STAPEL, F. W. 1922. “Het Bongaaïs Verdrag met den Sultan van Makassar (1667)”. Tese de doutoramento. Leiden.
- STAVORINUS, John Splinter. 1798. *Voyages to the East Indies by the late John Splinter Stavorinus*. Vol. I. Londres: G. G. & J. Robinson.
- STEWART, Charles (ed.). 2007. *Creolization: History, Ethnography, Theory*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- STOCK, Femke. 2010. “Home and Memory”. In Kim KNOTT e Seán MCLOUGHLIN (eds.). *Diasporas: Concepts, Intersections, Identities*. Londres e Nova Iorque: Zed Books. 24-28.
- STOLER, Ann Laura. 2008. “Imperial Debris: Reflections on Ruins and Ruination”. Special Issue: Imperial Debris. *Cultural Anthropology* 23.2 (Mai.): 191-219.

- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1994. *Comércio e conflito: a presença portuguesa no Golfo de Bengala: 1500-1700*. Lisboa: Edições 70.
- IDEM. 1995. *O império asiático português, 1500-1700. Uma história política e económica*. Lisboa: Difel.
- IDEM. 2005 *Explorations in Connected History*. Vol. 1: *Mughals and Franks*; Vol. 2: *From the Tagus to the Ganges*. Oxford: Oxford University Press.
- SURATMINTO, Lilik. 2005. “Bahasa Kreol Portugis di Kampung Tugu: warisan budaya colonial di Jakarta di ambang kepunahan” [O crioulo português na aldeia de Tugu: herança colonial em Jacarta no limiar da extinção]. *Kata: Media Komunikasi Antarbahasawan* 7.1. (Abr.): 1-31.
- SURYADINATA, Leo (org.). 2005. *Admiral Zheng He and Southeast Asia*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies / International Zheng He Society.
- TAN, Chee Beng. 1988. *The Baba of Melaka: Culture and Identity of a Chinese Peranakan Community in Malaysia*. Petaling Jaya: Pelanduk.
- TAPAL, La Side Daéng. 1975. “L’expansion du royaume de Goa et sa politique maritime aux XVIe et XVIIe siècles”. *Archipel* 10: 159-171.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. 2002. “A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)”. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. 1998. “A Inquisição no Oriente (século XVI e primeira metade do século XVII)”. *Mare Liberum* 15 (Jun.): 17-31
- IDEM. 2003. *Judeus e cristãos-novos de Cochim. História e memória (1500-1662)*. Braga, Edições APPACDM.
- TAYLOR, John G. 1993. *Timor. A História Oculta*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- THAPAR, Romila. 2012. “Black Gold: South Asia and the Roman Maritime Trade”. In *Cultural Past. Essays in Early Indian History*. Nova Deli: Oxford University Press. 556-588.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. 1985. “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”. In Luís de ALBUQUERQUE e Inácio GUERREIRO (eds.). *II Seminário de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: IICT/CHCA. 513-540 [reimp. em *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. 207-243].
- IDEM. 1995. “A crise de 1565-1570 na história do Estado da Índia”. *Mare Liberum* 9 (Jul.): 481-519.
- IDEM. 1964. *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*. Dissertação de Licenciatura. Vol. II. Lisboa: Faculdade de Letras.
- IDEM. 1976. “A Viagem de António Correia a Pegu em 1519”. Lisboa: JICU, série ‘Separatas Verdes’.
- IDEM. 1990. “A Língua Portuguesa em Timor”. *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*. 2.^a ed. Lisboa: ICALP. 313-346.
- IDEM. 1994a. “Chinchéu”. In Luís de ALBUQUERQUE e Francisco Contento DOMINGUES (eds.). *Dicionário de História dos Descobrimentos*. Vol. I. Lisboa: Círculo dos Leitores. 250.
- IDEM. 1994b. “A Escravatura em Malaca no Século XVI”. *Studia* 53: 253-316.

- IDEM. 1994c. “Nina Chatu e o comércio português em Malaca”. In *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel. 487-512 [1.ª ed.: *Memórias do Centro de Estudos de Marinha* 5 (1975): 137-162].
- IDEM. 1998a. “Relance da História de Timor”. In L. F. Thomaz. *De Ceuta a Timor*. 2.ª ed. Lisboa: Difel. 591-612.
- IDEM. 1998b. “A formação do tétum-praça língua veicular de Timor”. In L. F. Thomaz. *De Ceuta a Timor*. 2.ª ed. Lisboa: Difel. 613-635.
- IDEM. 2000 [1964¹] *Early Portuguese Malacca*. Macao: Macau Territorial Commission for the Commemorations of the Portuguese Discoveries / Polytechnic Institute of Macau.
- IDEM. 2002. “O Malogrado Estabelecimento Oficial dos Portugueses em Sunda e a Islamização da Java”. In Luís Filipe THOMAZ (ed.). *Além e Aquém da Taprobana*. Lisboa: CHAM. 381-618.
- THOMSEN. C. H. 1832. *Code of Bugis Maritime Laws with a Translation and Commentary, Giving the Pronunciation and Meaning of Each Word, to Which is Added, an Appendix*. Singapore: At the Mission Press.
- THURSTON, Edgar e K. RANGACHARI. 1987 [1909¹]. *Castes and Tribes of South India*. Vol. V (M to P). Nova Delhi/Madrasta: Asian Educational Services.
- TOBING, Ph. O. L. (ed.). 1961. *Hukum pelajaran dan perdagangan Amanna Gappa*. Ujang-Padang: Lalasan Kebudajaan Sulawesi Selatan dan Tenggara Makassar [inclui resumo em inglês: *The Navigation and Commercial Law of Amanna Gappa. A philological-cultural study, abbreviated edition*. 144-205].
- TOMÁS, Maria Isabel. 1992. *Os Crioulos Portugueses do Oriente: Uma Bibliografia*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- TORRÃO, Maria Manuel. 1995a. *Dietas alimentares, transferências e adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*. Lisboa: ICT.
- IDEM. 1995b. “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”. In M. E. Madeira SANTOS (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa: CEHCA-ICT; Praia: INCCV. 17-123.
- IDEM. 1999. “Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)”. Dissertação para efeitos de prestação de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar. 2 vols. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- TONG Chee-Kiong. 2010. *Identity and Ethnic Relations in Southeast Asia. Racializing Chineseness*. Nova Iorque: Springer.
- TORRES, Max S. Hering. “Limpieza de sangre en España. Un modelo de interpretación”. In *El peso de la sangre. Limpios, mestizos y nobles en el mundo hispánico*. Cidade do México: El Colégio de México. 29-62.
- TRINDADE, Fr. Paulo da. 1962. *Conquista espiritual do Oriente*. Félix Lopes OFM (ed.). vol. I. Lisboa: CEHU.
- TSAO Yung-ho. 1982. “Pepper Trade in East Asia”. *T’oung Pao*. 2ª série. 68.4-5: 221-247.
- VAINFAS, Ronaldo. 1997a. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*.

- 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- IDEM (org.). 1997b. *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IDEM. 2005. “‘Deixai a lei de Moisés!’ Notas sobre o Espelho de cristãos-novos (1541), de frei Francisco Machado”. In Lina GORENSTEIN e Maria L. T. CARNEIRO (eds.). *Ensaio sobre a Intolerância. Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. 2.ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- VALLE, Pietro della. 1892. *The travels of Pietro della Valle*. Vol. II. Edward GREY (ed.). Londres: Hakluyt Society.
- VAN HEAR, Nicholas. 2010. “Migration”. In Kim KNOTT e Seán MCLOUGHLIN (eds.). *Diasporas: Concepts, Intersections, Identities*. Londres e Nova Iorque: Zed Books. 34-38.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de. 1990. *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*. José da Felicidade ALVES (ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. 1853. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo.
- VIENNE, Marie-Sybille de. 1981. “La part des Chinois dans les fermes fiscales de Batavia au XVIIème siècle”. *Archipel* 22: 105-132.
- WANG Gungwu. 1958. “The Nanhai Trade: A Study of the Early History of Chinese Trade in the South China Sea”. *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* 31.2: 1-127.
- IDEM. 1985. “South China Perspectives on Overseas Chinese”. *The Australian Journal of Chinese Affairs* 13 (Jan.): 69-84.
- IDEM. 1990. “Merchants without empire: the Hokkien sojourning communities”. In James D. TRACY (ed.). *The Rise of Merchant Empires. Long-Distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750*. University of Minnesota/ Cambridge University Press. 400-421.
- IDEM. 1998. “Ming foreign relations: Southeast Asia”. In Dennis TWITCHETT and John K. FAIRBANK (eds.). *The Ming Dynasty. 1368-1644. The Cambridge History of China*. Vol. 8. Pte. 2. Cambridge: Cambridge University Press. 301-332.
- IDEM. 2000. *The Chinese Overseas. From Earthbound China to the Quest for Autonomy*. Londres: Harvard University Press.
- WARD, Kerry. 2009. *Networks of Empire. Forced Migration in the Dutch East India Company*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBER, Max. 1978. *Economy and Society, an Outline of Interpretative Sociology*. Guenther ROTH e Claus WITTICH (eds.). 2 vols. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press.
- WERBNER, Pnina. 2010. “Complex Diasporas”. In Kim KNOTT e Seán MCLOUGHLIN (eds.). *Diasporas: Concepts, Intersections, Identities*. Londres e Nova Iorque: Zed Books. 74-78.

- WICKBERG, Edgar. 1997. "Anti-Sinicism and Chinese Identity Options in the Philippines". In Daniel CHIROT e Anthony REID (eds.). *Essential Outsiders. Chinese and Jews in the Modern Transformation of Southeast Asia and Central Europe*. Seattle: University of Washington Press. 153-183.
- WICKI, José (ed.). 1948, 1950 e 1954. *Documenta Indica*. Vols. I (1540-1549), II (1550-1553) e III (1553-1557). Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu.
- IDEM (ed.). 1969. *O Livro do 'Pai dos Cristãos'*. Lisboa: CEHU.
- WINIUS, George Davidson. 1983. "The 'Shadow Empire' of Goa in the Bay of Bengal". *Itinerario* 7.2: 83-101.
- WINTER, Tim. 2007. "Rethinking Tourism in Asia". *Annals of Tourism Research* 34.1: 27-44.
- WINTER, Tim, P. TEO e T. C. CHANG. 2009. *Asia on Tour: Exploring the Rise of Asian Tourism*. Londres: Routledge.
- XAVIER, P. D. 1993. *Goa: A Social History*, Pangim: Prabhakar Bhide.
- YOUNG, Robert. 1995. *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture, and Race*. Londres: Routledge.
- ZINADÍM. 1998. *História dos portugueses no Malabar*. Tradução de David LOPES. 2.^a ed. Lisboa: Antígona.